



FERNANDA PIERANGELI FONSECA

**ASSOCIAÇÕES E MULHERES:
POSSIBILIDADES DE (RE)CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA E EMPODERAMENTO**

**LAVRAS - MG
2010**

FERNANDA PIERANGELI FONSECA

**ASSOCIAÇÕES E MULHERES: POSSIBILIDADES DE
(RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E EMPODERAMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Dra. Mônica Carvalho A. Cappelle

**LAVRAS - MG
2010**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Fonseca, Fernanda Pierangeli.

Associações e mulheres : possibilidades de (re)construção
identitária e empoderamento / Fernanda Pierangeli Fonseca. –
Lavras : UFLA, 2010.

127 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2010.

Orientador: Mônica Carvalho Alves Cappelle.

Bibliografia.

1. Associadas. 2. Identidade. 3. Gênero. I. Universidade Federal
de Lavras. II. Título.

CDD – 305.4

FERNANDA PIERANGELI FONSECA

**ASSOCIAÇÕES E MULHERES: POSSIBILIDADES DE
(RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E EMPODERAMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 11 de maio de 2010

Dra. Maria de Lourdes S. Oliveira UFLA

Dr. Robson Amâncio UFRRJ

Dra. Mônica Carvalho A. Cappelle
Orientadora

**LAVRAS - MG
2010**

DEDICO

A Deus, pela luz que
me acompanha e
ilumina.

Ao Diogo, pela compreensão,
pela força e pelo amor que
nunca me fez desistir.

Aos meus pais, pelo apoio,
incentivo e amor
verdadeiro.

A minha irmã, pela
amizade sincera,
única e necessária.

Aos meus familiares presentes,
pelo constante aprendizado e
aos ausentes fisicamente,
pelas lições de vida deixadas.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Prof^a Mônica Cappelle, por ter aceitado o convite e pelo apoio dado sem restrições. Obrigada pelo aprendizado.

A minha coorientadora, Prof^a Maroca, pelo carinho e atenção.

Aos meus pais e irmã, pela força incondicional, pelo incentivo e amor que me preenche a cada dia.

Ao Diogo, pela paciência, compreensão e companheirismo nessa etapa da minha vida. Obrigada por ser parte da minha vida.

Aos familiares e amigos, por sempre acreditarem no meu potencial e por auxiliarem no meu crescimento individual.

A todos os professores do DAE que adicionaram conhecimento e sabedoria nesse tempo de convívio.

Aos colegas e amigas do Neorg, pela convivência, a etapa vencida e pelos muitos sonhos que virão.

Aos presidentes das associações estudadas e a todas as associadas, pela oportunidade, aprendizado e confiança.

Aos familiares ausentes fisicamente, obrigado por participarem espiritualmente dos momentos mais difíceis da minha vida, adicionando força e sabedoria necessárias para a concretização dos meus sonhos.

A Deus, pela capacidade de pensar e agir, pela vida e pelos sonhos alcançados de maneira verdadeira.

RESUMO

A questão da transformação identitária e do empoderamento de mulheres de três associações de artesanato e culinária de Minas Gerais foi o tema principal desse trabalho. A partir do mapeamento das associações, tendo como principais requisitos para a seleção: terem em sua composição mulheres; estarem inseridas na Economia Popular Solidária; possuírem diferentes tempo de formação. Foram selecionadas as associações e posteriormente entrevistados os seus presidentes, utilizando-se de um roteiro de pesquisa. Feita a contextualização das associações e obtidas algumas informações realizou-se as entrevistas das associadas, em um total de 25 entrevistas. Apesar das dificuldades inerentes, as coletas de dados, como a disponibilidade das associadas, o método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa foi o estudo explicativo de casos múltiplos. Contemplando aspectos conceituais acerca de gênero, identidade e empoderamento, objetivou-se especificamente: compreender como o ingresso em associações de trabalho impacta na identidade dessas trabalhadoras; identificar se há características e/ou processos específicos nessas organizações relacionados ao gênero que influenciam na construção de uma nova identidade por suas participantes; verificar possíveis relações entre a (re)construção da identidade das trabalhadoras e o seu empoderamento. Os resultados encontrados apontam que a identidade de algumas entrevistadas sofre uma transformação, mesmo que despercebida, a partir do ingresso em suas associações. A questão do empoderamento é vivenciada, onde pequenos poderes como auto-estima e independência são incorporados às suas vidas. Ressalta-se que a transposição do mundo privado para o mundo público em alguns casos foi benéfica. Em relação às associações, o que se percebe é um alto envolvimento das associadas entrevistadas da Associação dos Artesãos e Artistas Populares de Varginha - Assoart e da Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária - Alac, onde muitas possuem cargos relacionados à diretoria. Porém, na Associação Comunitária Viver com Arte - ACVA, o envolvimento das associadas é baixo e sentimentos como desconfiança e descrença são visivelmente percebidos em seus depoimentos. Enfim, este estudo traz contribuições relevantes para futuras pesquisas e para o entendimento acerca das questões que envolvem principalmente o mundo feminino e as suas relações com o mundo masculino.

Palavras-chave: Associações. Identidade. Gênero. Empoderamento.

ABSTRACT

The question of identity transformation and empowerment of women in three associations of crafts and cuisine of Minas Gerais was the main theme of this work. From the mapping of associations, with the main requirements for the selection: women have in their composition; are inserted in the solidary economy; have different training time. The associations were selected and interviewed after their presidents, using a roadmap for research. Once the context of associations and obtained some information held interviews of associates in a total of 25 interviews. Despite the difficulties inherent, in the data collections, such as the availability of associates, the method used for this research was the qualitative explanatory study of multiple cases. Contemplating conceptual issues about gender, identity and empowerment, specifically aimed to: understand how the entrance into associations of work impacts on the identity of these workers; to identify whether there are features and or specific processes in these organizations related to gender that influence the construction a new identity for its participants; to verify possible relations between the (re)construction of identity and empowerment of workers. The results show that the identity of some of the members interviewed undergoes a transformation, even if by some unseen, from the entrance to their associations. The issue of empowerment is experienced, where small powers such as self-esteem and independence are incorporated into their lives. It is noteworthy that incorporation of the private world for the world public in some of these cases was beneficial. Regarding associations, what one perceives is a high involvement of members of the interviewed from Associação dos Artesãos e Artistas Populares de Varginha - Assoart and Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária - Alac, where many have related posts to the board. However, in Associação Comunitária Viver com Arte - ACVA the involvement of members is low and feelings of mistrust and disbelief are visibly perceived in their statements. Finally, the study brings important contributions to future research and for the understanding of issues involving mainly the female world and relations with the male world.

Key words: Associations. Identity. Gender. Empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Trabalho artesanal com bucha vegetal, 2009	56
Figura 2 Trabalho artesanal com meia de seda e fita, 2009	57
Figura 3 Trabalho artesanal em madeira, 2009.....	57
Figura 4 Feira de artesanato da Assoart na Praça do ET, 2009	60
Figura 5 Foto parcial da feira da ALAC, 2009	62
Figura 6 Casa do Artesão - ALAC, 2009.....	64
Figura 7 Trabalho artesanal de pintura em tela, 2009.....	67
Figura 8 Trabalhos artesanais diversos, 2009	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de participantes – sócios e sócias – em Empreendimentos da Economia Solidária (EES), no Brasil e na região sudeste em 2007	19
Tabela 2	Motivos para a criação dos empreendimentos solidários	21
Tabela 3	Informações demográficas das associadas	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Os empreendimentos econômicos solidários e a participação feminina	16
2.2	Gênero: o lado feminino e o lado masculino	22
2.3	Questões de identidade	28
2.4	O empoderamento como conquista	35
2.5	O associativismo e as suas interlocuções com identidade, gênero e empoderamento	40
3	METODOLOGIA	46
3.1	Natureza da pesquisa	46
3.2	Coleta de dados	49
3.3	Análise dos dados	53
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1	Conhecendo a história das associações, seus presidentes e suas associadas	55
4.1.1	A Associação dos Artesãos e Artistas Populares de Varginha – Assoart	55
4.1.2	A Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária – ALAC	60
4.1.3	A Associação Comunitária Viver com Arte – ACVA	68
4.1.4	A influência dos presidentes sobre a constituição e o desenvolvimento de suas associações	73
4.1.5	Conhecendo as associadas	78
4.2	O impacto na vida das associadas após a sua inserção nas associações	82
4.2.1	A descoberta do artesanato	82

4.2.2	As mudanças advindas após descoberta do artesanato e da inserção nas associações	85
4.2.3	Conquistas que vão além da independência financeira.....	91
4.2.4	Aspectos dos trabalhos artesanais na vida das associadas.....	94
4.2.5	A conciliação entre o mundo privado e o mundo público.....	97
4.2.6	A família das associadas.....	100
4.2.7	Mulheres autogestoras?	102
4.2.8	A participação política das associadas na associação.....	104
4.2.9	Por fim o reconhecimento ou a caminho de um fim?.....	107
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS	114
	ANEXOS	121

1 INTRODUÇÃO

As mulheres têm conquistado cada vez mais um espaço significativo na vida pública e como consequências a sua independência, o conhecimento e o reconhecimento, mesmo que gradual, das pessoas e de seus companheiros através de seu trabalho, com isso edificando sua autoestima. Essa evolução feminina ainda se encontra em um estágio que envolve a quebra de paradigmas, de uma sociedade com vestígios patriarcais¹ a qual dita o mundo das mulheres como o mundo privado, colocando-as atrás dos bastidores da história.

Mas, como observa Sanches (2008), a participação da mulher no mercado de trabalho mundial é a mais alta da história, 18,4% na última década, mesmo ainda faltando políticas de emprego consistentes, que harmonizem as responsabilidades com a família e com o trabalho, afinal as mulheres, além dos cuidados com os filhos na maioria das vezes, também cuidam dos idosos e dos doentes da família, o que requer uma dupla ou até tripla jornada de trabalho.

A partir do momento em que essas mulheres ingressam no mercado de trabalho a transformação de suas distintas realidades, como a conquista de seu espaço, valorização e autoreflexão de suas atitudes são aspectos que contribuem para a mudança, principalmente pessoal e íntima. Essa participação feminina no mundo público reivindica também alterações e adaptações no ambiente organizacional, como a criação de novas políticas públicas que se adéquem a essa realidade que antes era na sua maioria constituída por homens e para os homens.

¹“O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar” (CASTELLS, 2008, p. 169).

Nesse contexto, acredita-se que podem surgir novos formatos organizacionais que abarquem as transformações relacionadas ao trabalho feminino, como por exemplo, organizações formadas a partir da associação de mulheres e do trabalho, muitas vezes artesanal, desenvolvido por elas. Esse é o universo de estudo proposto para esta pesquisa: associações que têm como característica principal a sua constituição fundamentada em demandas de mulheres que envolvem, além da busca por um trabalho e pela independência financeira, também a necessidade de atuar no mundo público, do qual há tanto tempo estiveram excluídas. Diante disso, questiona-se: como a participação nessas organizações pode afetar a identidade dessas mulheres, antes limitadas ao ambiente privado? As mulheres que participam dessas organizações associativas vivenciam processos de empoderamento?

A questão da transformação da identidade feminina tem se apresentado como um tema vasto para pesquisas, principalmente por envolver aspectos tanto do espaço público, como do espaço doméstico, afinal, afeta modelos de gestão, como também altera a vida familiar. Antes dessa participação feminina maciça no mundo público, as mulheres eram envolvidas somente com as tarefas do lar, no máximo cabia a elas a administração do salário do marido. Agora, algumas delas possuem sua própria remuneração, ditam os horários e distribuem as tarefas domésticas que antes cabiam somente a elas.

Essa inserção da mulher no mercado de trabalho tem alterado não só o comportamento da mão de obra e as relações de trabalho como também influencia de maneira significativa, as pesquisas sobre as relações de gênero, de uma forma mais ampla. Partindo desse contexto, torna-se relevante aprofundar o estudo sobre a (re)construção da identidade feminina, a partir de sua participação em uma organização composta por mulheres em uma sociedade patriarcal como a brasileira. Ressalta-se, também, em contrapartida ao patriarcalismo, o papel do

I e do II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, como marco histórico na legitimação do combate à discriminação da mulher.

Entre as prioridades do II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, percebe-se o incentivo a iniciativas que promovam a autonomia econômica e financeira de mulheres pelo apoio ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo (FONTES; MARCONDES, 2005). Mais que autonomia financeira e econômica, acredita-se que a entrada feminina no espaço público potencializa transformações mais profundas e amplas no modo como se vê e com é vista pelo outro e expande sua participação na sociedade. Diante do exposto pelo presente trabalho propõe-se estudar a produção de conhecimento acerca das relações de gênero e dinâmica identitária, mediante a investigação em tipos de organizações específicos, como: associações de artesanato e culinária; acrescentando-se ao quadro teórico a temática do empoderamento.

Nesse sentido, objetiva-se com esta pesquisa compreender o processo de (re)construção da identidade de trabalhadoras, a partir do seu ingresso em associações de trabalho, bem como verificar se essa dinâmica identitária está relacionada a diferentes processos de empoderamento. Mais especificamente, através deste trabalho pretende-se:

- a) compreender como o ingresso em associações de trabalho impacta na identidade dessas trabalhadoras;
- b) identificar se há características e/ou processos específicos nessas organizações, relacionados ao gênero, que influenciam na construção de uma nova identidade por suas participantes;
- c) verificar possíveis relações entre a (re)construção da identidade das trabalhadoras e o seu empoderamento.

Esta pesquisa pretendeu não estabelecer uma dicotomia entre o público e o privado, a organização e o espaço doméstico, mas basear-se em aspectos pessoais das entrevistadas, para ressaltar como elas se veem o que mudou em relação a seu comportamento e principalmente qual a percepção delas sobre o seu trabalho, e até mesmo suas próprias vidas.

O presente trabalho se divide em cinco partes. Na primeira parte são expostos aspectos teóricos e estatísticos relacionados aos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, como também aspectos relacionados à Economia Popular Solidária - EPS. Posteriormente, justifica-se a escolha dos sujeitos de estudo, que são as mulheres, contemplando-se a significativa participação feminina nesses empreendimentos solidários.

Em segundo momento são apresentados elementos relevantes sobre gênero e identidade, como também aspectos acerca de empoderamento. A articulação entre associativismo, identidade, gênero e empoderamento é elucidada na sequência, finalizando-se assim a parte teórica. Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo são apresentados em seguida.

Os resultados da pesquisa estão na quarta parte do trabalho, articulando-se a teoria com os depoimentos e as informações obtidas, principalmente nas entrevistas. Na última parte, algumas considerações finais são acrescentadas, a fim de sintetizar as análises realizadas nesta dissertação, como também estimular futuras pesquisas que abarquem novos estudos nesta área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os empreendimentos econômicos solidários e a participação feminina

A estrutura de distribuição de renda no Brasil é uma das mais desiguais, onde 20% da população mais pobre ficam com apenas 3,3% da renda agregada e os 20% mais ricos ficam com 65% de toda renda nacional (OSTERNE; PONTES JÚNIOR, 2004). Em relação aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2002), dos 170 milhões de pessoas, 54 milhões estão sobrevivendo em estado de pobreza e miséria com um rendimento inferior a meio salário mínimo.

Cabe ressaltar que a essa distribuição desigual da renda no País soma-se a questão do desemprego, ou melhor, colocado por Singer (2000), a precarização do trabalho. Para esse autor, o surgimento de novos postos de trabalhos a partir das transformações tecnológicas e da divisão internacional do trabalho, não oferecem ao seu eventual ocupante, as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo, como principalmente a formalização e a estabilidade (SINGER, 2000).

Essa exclusão social vinda dessa sociedade desigual como a nossa é mencionada por Moura (1998), e se relaciona ao estado do indivíduo quando é vedada a sua participação nas condições gerais que a sociedade propicia aos seus cidadãos, como emprego, saúde e educação, inclusive proteção e bem-estar.

Para Singer (2000), deve-se levar em conta que é incomum a exclusão ou inclusão completa de uma pessoa no tecido social, e que a exclusão deve ser encarada como uma questão de grau. Entretanto, nos países do Terceiro Mundo, como no Brasil, existe uma forma de exclusão social que é essencial, a exclusão econômica. Para esse autor, o Brasil é visto como a terra da desigualdade. Ele diz: “aqui o grau de disparidade entre ricos e pobres, brancos e não-brancos,

homem e mulher, moradores do campo e da cidade, indivíduos de alta e de baixa escolaridade é provavelmente maior que em qualquer outro lugar” (SINGER, 2000, p. 84). Infelizmente, o País ainda possui uma bipolaridade, uma divisão em dois mundos, aqueles com oportunidade e aqueles desprovidos dela.

Diante desse quadro de exclusão social e precarização nas condições e relações de trabalho, algumas iniciativas, especialmente sob a forma cooperada, surgem como solução para a inclusão social desses cidadãos na economia e no mercado. E um dos instrumentos poderosos no combate à exclusão social são os empreendimentos solidários, por se apresentarem como uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda, como também para a satisfação direta das necessidades de todos (OSTERNE; PONTES JÚNIOR, 2004).

Essas novas formas cooperadas de combate à exclusão social surgem a partir dos anos 80, dentro do conceito de Empreendimento Econômico Solidário - EES ou Empreendimento Autogestionário e da Economia Solidária. Para Eid e Gallo (2001, p. 3), EES e Economia Popular Solidária - EPS podem assim ser definidas:

Os EES são definidos como organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. E por ES entende-se um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do País e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, ‘clubes de trocas’, ‘bancos do povo’ e diversas organizações populares urbanas e rurais (SINGER, 1999).

Deste modo, para que essas formas cooperadas diminuam realmente as desigualdades é preciso levar em conta alguns princípios, tais como: cooperação,

autogestão, solidariedade, companheirismo e coletividade. E em relação ao incentivo, seria importante que os empreendimentos da Economia Solidária tivessem desde o início o apoio e o patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares, para que realmente se estruturassem como entidades capazes de diminuir a exclusão social (SINGER, 2000).

A representatividade desses EES é bastante significativa. Com relação aos dados do Atlas da Economia Solidária (2006), foram identificados no Brasil, 14.954 EES distribuídos em 2.274 municípios (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Em relação à distribuição territorial, o que se observa é maior concentração dos EES na região nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região norte; 14% na região sudeste; 12% na região centro-oeste; e 17% na região sul.

Quanto às formas de organização, os EES estão distribuídos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros (sociedades mercantis, etc.). No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%) e organizações cooperativas (11%), e outras formas de organização (2%). Porém, esta distribuição se diferencia de acordo com as regiões. Nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, predominam o perfil nacional, diferentemente das regiões sul e sudeste onde há menor participação das associações e maior dos grupos informais (ATLAS..., 2006).

Considerando a área de atuação, metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação, tanto na área rural como urbana. Por outro lado, considerando as regiões, cabe destacar que na região sudeste a maioria dos EES (60%) atua na área urbana, e nas regiões norte e nordeste a participação dos EES que atuam

exclusivamente na área rural está acima da média nacional, 57% e 63% respectivamente (ATLAS..., 2006).

Em relação à participação das mulheres e dos homens nos empreendimentos solidários, registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/SIES (2005/2007), o que se observa na Tabela 1 é uma participação significativa e representativa das mulheres em relação aos homens, quando se faz a separação por sexo.

Tabela 1 Número de participantes – sócios e sócias – em Empreendimentos da Economia Solidária (EES), no Brasil e na região sudeste em 2007.

PARTICIPANTES	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS		
	MULHERES	HOMENS	
No Brasil			
EES somente homens	2.053	0	103.491
EES somente mulheres	3.875	77.434	0
EES com homens e mulheres	15.709	552.948	953.623
Total geral	21.637	630.382	1.057.114
Na Região Sudeste			
EES somente homens	303	0	15.038
EES somente mulheres	1.087	14.562	0
EES com homens e mulheres	2.483	53.036	94.501

Fonte: BRASIL (2005/2007)

O que pode ser verificado tanto no Brasil como um todo, quanto na região sudeste é que o número de empreendimentos da Economia Solidária, formados exclusivamente por mulheres, supera àqueles formados somente por homens. Além disso, nos empreendimentos mistos, há uma participação relevante do número de mulheres em relação ao de homens associados. Apesar dos homens ainda serem maioria nos empreendimentos mistos da Economia Solidária, acredita-se que a participação de mulheres nessas organizações pode favorecer a igualdade social e a igualdade de sexo.

A incorporação das discussões de gênero no âmbito do cooperativismo brasileiro, já presente na Economia Solidária é uma preocupação do governo. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, em 2004 criou o Programa Gênero e Cooperativismo - Coopergênero, cujo objetivo seria o de “formar e capacitar mulheres como gestoras e lideranças cooperativistas, além de apoiar o intercâmbio entre cooperativas e associações para aumentar a divulgação das experiências produtivas das mulheres para a geração de renda” (SÁ et al., 2005, p. 3).

Em 2008, com a realização do I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo buscou-se avaliar a trajetória do programa Coopergênero em seus quatro anos de existência e analisar perspectivas futuras, visando avançar na definição e implementação das políticas públicas de gênero no mundo cooperativo/associativo e na sociedade (FÓRUM..., 2008). Percebe-se, portanto, que essas formas organizacionais específicas têm sido consideradas vias potenciais de discussão e desenvolvimento das relações de gênero e também da inclusão social e geração de renda no País.

Oliveira (2008) ao abordar a participação das mulheres em associações da Economia Solidária, mostra como essas associações, além de propiciarem a produção de renda, também possibilitam maior autonomia, autoestima e participação democrática no processo. A autora ressalta que os empreendimentos solidários no Brasil vêm ganhando cada vez mais espaço. Talvez, esse fato possa ser explicado pelas altas taxas de desemprego, e assim, “os indivíduos ou grupos vão, da maneira como podem, procurando saídas para combater as consequências do desemprego e de todas as mazelas que o acompanham” (OLIVEIRA, 2008, p. 330). Essa afirmação é confirmada na Tabela 2, pela análise dos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, relacionados ao Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES (2005/2007) quanto ao ‘que motivou a criação desses empreendimentos’.

Tabela 2 Motivos para a criação dos empreendimentos solidários.

MOTIVOS	TOTAL
1. Uma alternativa ao desemprego	9.945
2. Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	9.635
3. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	7.974
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	6.090
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	5.502
6. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	2.980
7. Alternativa organizativa e de qualificação	2.163
8. Motivação social, filantrópica ou religiosa	1.577
9. Outro. Qual?	1.435
10. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	162

Fonte: BRASIL (2005/2007)

Para Oliveira (2008), muitas das experiências relacionadas à participação nos empreendimentos solidários são animadas por mulheres e destinadas às mulheres. Essa participação delas vai além e ultrapassa o sentido material (renda e emprego), contribuindo para sua inclusão social e promoção da cidadania. Isso pode ser corroborado ainda pela observação na Tabela 2, entre os motivos de “motivação social, filantrópica ou religiosa”, “alternativa organizativa e de qualificação”, “desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades” ou no “desenvolvimento de atividades onde todos são donos”, respondidos para a pesquisa do MTE.

Enfim, os estudos sobre a emancipação da mulher no espaço público mostram as consequências positivas desse processo, tanto para o desenvolvimento individual quanto para o desenvolvimento social. Daí, a necessidade de se aprofundar neste estudo, acerca das questões relacionadas à inclusão social e profissional dessas mulheres, às formas de empoderamento proporcionadas pelo ingresso em uma associação e em que esse movimento da esfera privada para a esfera pública afeta na identidade desses sujeitos.

2.2 Gênero: o lado feminino e o lado masculino

Para abordar a questão do gênero é necessário recorrer à história da sociedade brasileira, uma vez que a projeção da dominação feminina do nosso País é histórica, vem do conquistador europeu e a mulher índia, onde o intercuro sexual entre esses dois personagens não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças européias de fácil contágio venéreo: verificou-se – o que depois de tornaria extensivo às relações dos senhores com as escravas negras – em circunstâncias sempre desfavoráveis à mulher (FREYRE, 2006).

O resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistada, de senhor sobre escrava, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido (FREYRE, 2006, p. 114).

As consequências dessa dominação histórica nos remetem aos dias de hoje, em que ainda se veem mulheres submissas e dominadas por seus maridos e até mesmo pela sociedade. Esse drama da cultura patriarcal faz com que o homem se julgue o único detentor da racionalidade, do mando e da construção da sociedade, relegando as mulheres à privacidade, às tarefas domésticas e ao fato de serem consideradas como apêndices, objetos de adorno e de satisfação (BOFF; MURARO, 2002).

De acordo com Sung e Silva (1995), traços do patriarcalismo ainda podem ser percebidos neste século, seja na violência contra as mulheres por parte dos seus companheiros ou pais, ou no campo da economia e política, onde verifica-se a inexpressiva presença das mulheres nos postos de comando ou decisão. Segundo esses autores, o patriarcalismo prevalece também nas igrejas e

nos movimentos religiosos, cujos membros são em maioria do sexo feminino, mas com muito pouco acesso aos escalões médios e superiores. A própria imagem de Deus, na maioria das religiões ocidentais, está fortemente marcada pela figura masculina. Para esses autores, as antigas religiões que adoravam a deuses e deusas foram perdendo força no decorrer dos tempos, eliminando suas figuras femininas e se concentrando nas masculinas e patriarcais (SUNG; SILVA, 1995). Mais especificamente, Castells (2008) define patriarcalismo como uma estrutura presente em quase todas as sociedades contemporâneas, caracterizada pela autoridade do homem sobre a mulher e filhos, no âmbito familiar.

Porém, com a crise da família patriarcal, na década de 90, e conseqüentemente o enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade, na dominação masculina e na submissão feminina (CASTELLS, 2008), faz emergir nessa década uma mulher menos vítima e menos subordinada, mais protagonista e sujeito de sua história. Uma mulher que “reivindica a sua participação ativa na definição e na provisão de suas necessidades, satisfações de seus desejos e inquietações junto ao seu parceiro, filhos e à comunidade” (MENEZES, 2002, p. 74).

Para abordar esta questão de gênero como uma construção social, estudiosos primeiramente ressaltam a importância de diferenciá-lo do conceito de sexo. Segundo sociólogos, o sexo está relacionado às diferentes características físicas e biológicas entre os homens e as mulheres, enquanto que o gênero incorpora sentimentos, atitudes e comportamentos femininos e masculinos. De acordo com Izquierdo (1994), a diferenciação entre sexo e gênero está relacionada às limitações e capacidades implicadas pelas características sexuais biológicas, dos padrões de identidade, modelos, posições e estereótipos moldados pelas características sociais, psíquicas e históricas. Já para Marodin (1997), o papel de gênero é um conjunto de comportamentos

sociais que se esperam das pessoas de determinado sexo. Destarte, o sexo é a diferença biológica entre homens e mulheres, enquanto que o gênero envolve reconhecer a existência de valores constitutivos da identidade feminina e da identidade masculina. Bourdieu (1999, p. 18-20) ressalta que:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, e principalmente, da divisão social do trabalho.

Para Soihet (1997), o termo gênero tem sido, desde a década de 1970, utilizado para teorizar a questão da diferença sexual. É um tema que tem abarcado várias pesquisas por abranger experiências e aspectos do mundo feminino, seja de uma forma relacional com o mundo masculino ou simplesmente de uma maneira particular. De acordo com Brym et al. (2006), as principais teorias relacionadas ao gênero são duas:

- a) Essencialismo - que envolve a percepção como parte da natureza ou da “essência” de nossa constituição biológica. Como parte dessa teoria duas são as ideias incorporadas a ela: as ideias de *Freud* que acreditava que diferenças na anatomia masculina e feminina explicariam, em grande parte, o desenvolvimento de papéis de gênero masculinos e femininos distintos; e as da *Sociobiologia e Psicologia Revolucionária* que segundo os seus seguidores, todos os seres humanos tentam de maneira instintiva garantir que seus genes sejam passados para gerações futuras, onde homens e mulheres desenvolvem estratégias diferenciadas a fim de alcançar tal objetivo.

- b) Construtivismo Social - ressalta que as diferenças de gênero são reflexos das diferentes posições sociais ocupadas por homens e mulheres. Aqui o gênero é “construído” pela cultura e estrutura social que ocorreria através da *Socialização de Gênero* e os *Meios de Comunicação de Massa e Imagem Corporal*.

Mas, com a evolução do termo e os estudos acerca das questões que envolvem o indivíduo, o que ainda se percebe, quando se fala em mulher e homem é a questão das desigualdades, especialmente quando se observa o ambiente organizacional. Aspectos como a discriminação, o número reduzido de mulheres em cargos de chefia, a diferença significativa entre os salários pagos às mulheres e os salários pagos aos homens, a diferença entre o reconhecimento e a valorização profissional dados aos homens e às mulheres, são elementos de uma cultura ainda com vestígios patriarcais.

Menezes (2002) destaca que algumas são as questões que vêm sendo polemizadas por estudiosos sobre a mulher, como: as desigualdades e diferenças nas relações de gênero; a crise econômica e suas consequências para permanência e exclusão da mulher do mercado de trabalho; a empregabilidade feminina; a identidade profissional; assim como a compatibilização entre a vida profissional e a maternidade.

Um fato relevante e que tem estimulado pesquisas no campo das conquistas femininas é a participação das mulheres no mercado de trabalho, que têm se elevado a cada década. Em relação aos dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2008), durante a última década, o setor de serviços superou o da agricultura como principal provedor de empregos para as mulheres. Em 2007, 36,1% das mulheres trabalhavam na agricultura e 46,3 % no setor de serviços. Como observa Sanches (2008), a participação da mulher no mercado de trabalho mundial é a mais alta da história, 18,4% na última década.

Mas, o outro lado dessa realidade é que ainda faltam políticas de emprego que harmonizem as responsabilidades com a família e com o trabalho, afinal as mulheres além dos cuidados com os filhos, são elas, na maioria das vezes, que cuidam dos idosos e dos doentes da família e isso requer uma dupla ou até tripla jornada de trabalho. Pelos dados obtidos na OIT (2008), o que se observa é que existem no mundo, menos de 70 mulheres economicamente ativas para cada 100 homens, onde a relação mundial emprego-população das mulheres foi de 49,1% em 2007 diante de 74,3% dos homens.

Apesar das mulheres serem maioria, 50,9% da população, e de a sua entrada no mercado de trabalho ter se elevado nos últimos anos (em relação a população ocupada) - 1970, 20,8% entraram no mercado de trabalho; 1995, 39,8%; e em 2007, 42,4% (MULHER, 2010), as mulheres ainda ganham menos do que os homens. Isso pode ser observado nos dados fornecidos pela Revista Veja Especial (MULHER, 2010): daqueles que recebem até um salário mínimo: 33,4% são mulheres e 24,4% são homens; de 1 a 2 salários mínimos: 30,1% são mulheres e 31,8% são homens; de 2 a 5 salários mínimos: 14,6% são mulheres e 23,6% são homens; mais de 5 salários mínimos: 6,1% são mulheres e 11% são homens. Ou seja, quanto maior a remuneração menor o número de mulheres que a recebem em proporção aos homens.

Há ainda um longo caminho a percorrer em direção à igualdade entre homens e mulheres. A dominação masculina possui precedentes históricos e os poderes atribuídos aos homens ainda é diferenciado daqueles atribuídos às mulheres. Aos homens o poder financeiro, o poder político, às mulheres, o poder maternal, o poder doméstico que para Bourdieu (1999), passa em sua maior parte, despercebido ou mesmo malvisto, algo sem valor, sem remuneração. Em relação a essa questão do trabalho, Menezes (2002, p. 72) observa que:

O problema fundamental da mulher com o trabalho, em torno do qual existe um certo consenso entre os pesquisadores, é sua responsabilidade pela família, ou seja, ela tem sido considerada ao longo destes anos como a maior e, em muitos casos, a única – a chefe de família – a quem se atribui a socialização das crianças, o trabalho doméstico e desenvolvimento e amadurecimento afetivo do casal.

Nesse contexto é importante a elaboração de políticas públicas inclusivas consistentes referentes à mulher. Há também necessidade de uma maior difusão dos programas e projetos, tanto governamentais como não governamentais de inclusão feminina, como é confirmado no estudo de Sá et al. (2005). Para esses autores, as mulheres precisam conhecer os instrumentos facilitadores para a sua inclusão, elas precisam ter conhecimento em relação aos projetos de capacitação, apropriados a atender às especificidades femininas. Nesse estudo, os autores basearam as suas análises nos resultados de um estudo aprofundado sobre o desempenho gerencial, socioeconômico e educativo das cooperativas do Estado de Pernambuco, identificando-se a partir daí uma progressiva redução da participação feminina nas cooperativas de Pernambuco.

Enfim, nesse “turbilhão” de transformações sofridas pelas mulheres, observa-se tanto conquistas quanto fracassos. Apesar da mulher ter lutado intensamente pelo seu reconhecimento como sujeito capaz, há ainda mulheres que não conquistaram seu espaço na vida pública devido a fatores que abrangem aspectos sociais, econômicos, pessoais e até culturais. Quanto ao aspecto cultural, Boff e Muraro (2002, p. 77) destacam que a “superação deste obstáculo cultural é a primeira condição para um relacionamento de gênero mais integrador e justo para cada uma das partes”.

Porém, vale ressaltar que os avanços femininos, de uma maneira geral, têm sido significativos ao longo das últimas décadas. Os movimentos feministas, por exemplo, impulsionaram várias lutas por direitos dignos à mulher, essas que, em várias situações participaram ativamente do mercado de trabalho. Entretanto,

como o que aconteceu durante as duas grandes guerras, os avanços viraram retrocessos, pois as posições ocupadas na ausência temporária dos homens foram perdidas com o final da guerra. Nessa dialética de avanços e retrocessos, percebem-se alterações no estereótipo de mulher sensível, frágil e invisível à sociedade. Não obstante, pode-se dizer que não foi somente a sociedade que mudou após a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as próprias mulheres evoluíram como indivíduos dignos de respeito, demonstrando a cada dia sua capacidade como profissional.

Nesse sentido, Soihet (1997) acredita que estudos acerca do gênero, principalmente relacionados à questão do poder, farão emergir uma nova história que oferecerá outras perspectivas às velhas questões e redefinirá as antigas questões em termos novos. É o que já vem acontecendo com algumas mulheres que antes eram invisíveis à sociedade, àquelas que acreditam na mudança e as que lutam para participar da história. Elas têm quebrado paradigmas, modificado estruturas sociais e organizacionais, e mais, têm alterado o curso de sua própria história, por meio da reconstrução de suas identidades.

2.3 Questões de identidade

A identidade é vista como algo mutável, que sofre transformação. É algo que pode ser reconstruído e modificado ao longo do tempo. Os processos de socialização pelo qual o indivíduo passa desde a sua infância com a socialização primária, até as sucessivas socializações que ele sofre durante a sua vida são dois fatores importantes que impactam na sua identidade e formação como indivíduo. Sobre isso, Berger e Luckmann (1966) postulam que o indivíduo não nasce membro de uma sociedade. Ele nasce com predisposição para a sociabilidade e torna-se seu membro por um processo de interiorização, que envolve a apreensão ou interpretação do mundo em que vive, tornando esse mundo o seu

próprio mundo. Esse processo pelo qual a interiorização ocorre é a socialização definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo, objetivo de uma sociedade ou de um setor dela (BERGER; LUCKMANN, 1966).

Na socialização primária, o indivíduo torna-se membro da sociedade por meio das experiências vividas durante a sua infância, interiorizando os papéis e as atitudes dos outros significados, tornando-os seus. Já na socialização secundária, o indivíduo já socializado é introduzido em novos setores de sua sociedade como, por exemplo, na faculdade, na igreja, em uma organização (BERGER; LUCKMANN, 1966).

Segundo Dubar (1997), a identidade humana não nasce com o indivíduo. Ela é, primeiramente, construída em sua infância e depois reconstruída sempre, ao longo de sua vida. Portanto, ao mesmo tempo em que ela é estável é também provisória por constituir-se de sucessivos processos de socialização.

Por socialização, Motta (1993) a define como um “processo global pelo qual um indivíduo, nascido com potencialidades comportamentais de espectro amplo, é levado a desenvolver um comportamento bem mais restrito, de acordo com padrões de seu grupo” (MOTTA, 1993, p. 73). Entretanto, no que se refere às organizações, o conceito vem sendo empregado em termos de doutrinação e treinamento e sua aplicação pelas organizações se dá de várias formas: seleção; treinamento e sistemas de controles (MOTTA, 1993).

Deste modo, tanto o ambiente familiar quanto as instituições sociais são transmissores de valores, crenças e outros fatores externos, como os culturais, que afetam diretamente a formação e a transformação da identidade do indivíduo. O meio onde o indivíduo vive e convive pode ser tanto um fortalecedor como um desestimulador para a formação e transformação identitária.

Nas culturas muito rígidas, onde há excesso de normas a serem seguidas, o indivíduo se torna mais dominado e menos dono de si. A respeito disso, Jonas (1995) ressalta a influência do patriarcalismo como um dos principais elementos que influenciam a construção das identidades de homens e de mulheres, pois na origem da sociedade patriarcal encontra-se a legitimação social da supremacia do homem sobre a mulher, fundamentada na propriedade privada e na inferioridade feminina pela diferença biológica/maternidade como fator de desigualdade social. Sobre essa divisão entre masculino e feminino na sociedade, Boff e Muraro (2002, p. 179) enfatizam que:

É a própria cultura que ‘carimba’ o menino, desde que nasce, para o papel que virá a exercer no mundo – o de pertencer à vida pública, produtiva – e, portanto, a competir pelo poder, prejudicando o outro sem culpa, porque este papel é o de cuidar em primeiro lugar do próprio interesse. A mulher, diferentemente, destinada a casa e à vida privada, é ‘carimbada’ para doar a si, para o altruísmo.

Bourdieu (1999) confirma dizendo que o mundo social produz uma realidade sexuada, dividida entre os dois sexos, entre o feminino e o masculino, o dominador e a dominada, a razão e o coração. E essa divisão cria uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social.

A concepção do papel da mulher se altera a partir do momento em que elas passam a transitar mais no mundo público, pois é lá que ocorrem a mudança, a transformação radical e a revolução dos comportamentos com maior frequência, o que raramente acontece no mundo privado, descrito pelo autor como “o local onde o tempo não passa e a história raramente bate à porta” (DAMATTA, 1991, p. 137). E o trabalho é uma ponte de acesso ao mundo público, pois, para Silva e Vergara (2002), na sociedade moderna as

organizações configuram-se, talvez, como espaço mais significativo para a constituição das identidades dos indivíduos. Machado e Kopittke (2002) reforçam afirmando que as organizações têm um importante papel na conformação de identidades pessoais, já que os indivíduos constroem uma representação simbólica de sua identidade pessoal em suas vidas.

Toledo e Bulgacov (2004), por sua vez, consideram que a dinâmica identitária é influenciada pelo processo de socialização. Esse processo de transmissão de valores e crenças, pelo qual os indivíduos passam nas organizações pode ser tão intenso que os mesmos reproduzem aquilo que foi interiorizado nas esferas de sua vida particular. Por outro lado, a identidade do indivíduo pode também influenciar na identidade da organização, criando até alternativas de trabalho, como destaca Santos (2004) em seu estudo sobre as características femininas e a criação de cooperativas e associações.

O cotidiano feminino do cuidado com os filhos, das trocas com a vizinhança, que até pouco tempo parecia indicador de reclusão da mulher ao campo privado, coloca-se como abertura possível nas classes populares para a acessibilidade pública do trabalho atual, sentido da solidariedade, da troca, do cuidado antes aos filhos, agora traços de identidade feminina que dão sentido às possíveis alternativas de trabalho: associações, cooperativas (SANTOS, 2004, p. 201).

Quando o ser humano ingressa em uma organização ele traz consigo uma identidade e após o seu envolvimento e participação, a sua identidade é impactada pela identidade organizacional. Ou seja, são as normas, os procedimentos e os aspectos sociais contribuindo para essa mudança individual. Claro que as pessoas também contribuem para as mudanças no ambiente organizacional. O ingresso das mulheres, por exemplo, no mercado de trabalho, fez com que organizações alterassem alguns aspectos de sua gestão. Como é o

caso de organizações que construíram creches em suas instalações e modificaram suas políticas internas em prol das demandas femininas.

De acordo com Ciampa (2001), os indivíduos podem ser considerados como atores, que se transformam à medida que vivem seus personagens. Essa busca constante por personagens - no caso, por momentos da identidade - só termina quando termina a vida. Esse movimento é determinado pelas condições históricas, sociais e materiais dados. Ciampa (2001) apresenta a identidade como metamorfose, uma eterna busca de unidade entre o igual e o diferente. Uma articulação de várias personagens, de igualdades e diferenças, constituindo e constituída por uma história pessoal.

Na visão de Pahl (1997, p. 174), a identidade possui caráter relacional, pois “as pessoas se identificam com aquilo que dizem de si mesmas e que os outros dizem dela”. A relação entre a opinião do “eu” e do “outro” sugere momentos de reconstrução de identidades, pois a forma como nos vemos é influenciada pela forma como os outros nos veem, e, a partir de como os outros nos veem, começamos a nos ver de uma forma diferente e até nos comportarmos de forma diferente. Pode-se supor então, que a identidade influencia na estruturação da ação dos indivíduos.

Ao apresentar o conceito de dualidade no social, Dubar (1997) defende que a identidade apresenta-se em duas frações: a identidade para si e a identidade para o outro, as quais são indissociáveis, pois a identidade para si encontra-se diretamente relacionada ao outro, ou seja, nós sabemos quem somos somente pelo olhar do outro. Logo, a análise da identidade, para o autor, dependerá:

- a) da identidade para o outro: processo relacional estabelecido pelo indivíduo com os outros, identidade atribuída ou identificação com

instituições julgadas estruturantes ou legítimas. É o que se diz que você é.

- b) Da identidade para si: processo biográfico por meio do qual o indivíduo diz quem é. Identidade reivindicada, herdada ou visada ou identificação com categorias julgadas atrativas ou protetoras. É o que você diz que é.

O conceito de identidade também pode ser subdividido em várias dimensões, a fim de facilitar sua investigação e compreensão, conforme sugerido por autoras como Machado (2003 citado por ESTHER, 2007), que apresenta uma sistematização para o estudo da identidade, apontando quatro perspectivas de análise:

- a) identidade pessoal: refere-se à construção do autoconceito ao longo da vida de um indivíduo, por meio de diversos relacionamentos sociais em diversas esferas e que ocorre em todas as fases da vida, e que leva à conformação do eu, em direção ao processo de individualização;
- b) identidade social: refere-se à construção do autoconceito pela vinculação a grupos sociais, por meio de interação com diversos grupos sociais. Ocorre permanentemente na vida do indivíduo, com a finalidade de orientar e legitimar a ação mediante o reconhecimento e a vinculação social;
- c) identidade do trabalho: refere-se à construção do eu pela atividade que realiza e pelas pessoas com as quais se tem contato. Surge pela interação com a atividade e com as pessoas no trabalho, ocorrendo na juventude, na idade adulta até a aposentadoria, e contribui para a formação da identidade pessoal, atuando como fator motivacional;

- d) identidade organizacional: refere-se à construção do conceito de si vinculado à organização na qual se trabalha, mediante a interação com a instituição, ocorrendo a partir da juventude enquanto se estiver vinculado a alguma instituição, com a finalidade de incorporar as instituições no imaginário de forma a orientar a ação nessas organizações.

Já Ely (1994) enfoca outra abordagem sobre a identidade, que diz respeito à teoria da identidade social, por meio da qual é postulada como um de seus axiomas básicos a necessidade humana de manutenção de elevado grau de autoestima. As pessoas formam sua identidade pessoal mediante um processo de autocategorização, pelo qual classificam a si e aos outros em categorias sociais, utilizando características como idade, raça e gênero. Assim, pode-se falar de um processo de construção da identidade de gênero. O processo de construção de identidade feminina é delimitado pela concepção de feminilidade interiorizada pela educação, e pelas normas de comportamentos impostas pelo mundo do trabalho (BELLE, 1993).

Mesmo possuindo particularidades, cada uma dessas perspectivas apresentadas se complementa, influenciando umas às outras em um processo de constante interação, contradições e similaridades, afinal a formação da identidade envolve (re)construção.

Em relação às questões femininas, o que se pretendeu observar, de uma maneira geral, foi se ao se ingressarem no mundo do trabalho, além de ganharem maior independência financeira, as mulheres passam por um processo de reconstrução de suas identidades e de reflexão sobre os pressupostos, mediante os quais foram socializadas. Pretendeu-se verificar também se as conquistas femininas, além de diminuir a segregação das relações de trabalho entre homens e mulheres, podem elevar a incorporação de conceitos como cidadania e

empoderamento às práticas do dia a dia. Sem considerar, é claro que isso tudo se passa em meio a uma sociedade com características patriarcais.

2.4 O empoderamento como conquista

O empoderamento feminino está essencialmente ligado à inserção da mulher na esfera pública e os ganhos que emanaram dessa participação no mercado de trabalho. A dominação histórica do homem sobre a vida da mulher e a sua submissão tem perdido, aos poucos, espaço para condições sociais mais igualitárias entre os dois sexos, apesar de os homens ainda se sobressaírem quando o assunto se relaciona, principalmente, ao ambiente organizacional e às relações de trabalho.

O surgimento do conceito de empoderamento dentro do movimento das mulheres está relacionado com o texto de Gita Sen e Caren Grown (1985), *Development, Crisis and Alternative Visions*. Neste documento, o conceito de empoderamento aparece como uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo em que isto gera um processo de transformação social. Nesta ocasião, as condições prévias para o empoderamento da mulher são: espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres (DEERE; LÉON, 2002).

A concepção de poder aqui adotada parte de Foucault (2001) que o define como relacional e construído entre pessoas que têm algum grau de liberdade, existindo somente quando se usa. Ainda, segundo Foucault (2001, p. 183), o poder é visto como uma prática social constituída historicamente, que deve ser analisado como “algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem”. Ele é exercido e não detido.

Nesse sentido, poder-se-ia pensar que o empoderamento seria um ganho de poder, definição essa que é contrária à concepção de Foucault. Foucault (2001) ressalta em diversos momentos que o poder não é uma propriedade, mas sim uma capacidade de exercício. Nesse sentido, toma-se a definição proposta por Romano (2002), para quem, o empoderamento é um processo de conquista, uma luta pelos direitos e contra as desigualdades, que depende tanto do ambiente quanto do indivíduo. Um constante exercício pela possibilidade de conquistar direitos e cidadania e não o poder em si.

Para Amâncio (2006, p. 41), o empoderamento “gera capacidades inexistentes através de atividades de conscientização e percepção da realidade completa e para os setores marginalizados”. Afinal, a realidade e a cultura onde as pessoas vivem são diferentes, assim como suas condições sociais e econômicas. Segundo Oliveira (2006, p. 17), o empoderamento “ajuda a diferenciar homens e mulheres à luz de práticas sociais específicas em diferentes esferas, como por exemplo, na família, na política, nas relações de trabalho [...]”.

Aspectos como esses devem ser ressaltados quando emergir a questão do grau de empoderamento de um indivíduo. No caso das mulheres, o seu empoderamento está relacionado, muitas vezes, à conquista frente aos valores patriarcais existentes em uma sociedade que assegura os privilégios masculinos. Esse empoderamento feminino desafia relações familiares patriarcais, podendo levar até a um desempoderamento masculino, como ressaltam Deere e Léon (2002). Para elas, o empoderamento realmente ocorreu quando “houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas oposições de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade” (DEERE; LÉON, 2002, p. 54-55).

O estudo de Cruz e Silva (2002), sobre empoderamento como uma forma individual e coletiva de poder decidir, controlar e transformar, realizado com as mulheres na União Geral de Cooperativas Agropecuárias de Maputo

(UGC) em Moçambique, mostra como as associadas adquiriram capacidades que lhes permitiram alterar o curso dos acontecimentos em seu próprio benefício. O processo de empoderamento naquele caso passou pelo acesso à possibilidade de as mulheres criarem uma atividade geradora de receitas. O empoderamento foi gradual e partiu da luta das cooperadas pela autonomia, em relação aos recursos e para a tomada de decisões. Esse empoderamento com reflexos na família e na comunidade, segundo a autora, foi construído na busca de um modelo democrático de participação, onde havendo lugar para o protagonismo feminino.

Fica claro, nesse estudo, que o empoderamento é um processo gradual e em permanente construção, onde a luta para que a mulher se transforme em sujeito histórico implica em primeiro lugar à valorização de uma consciência de cidadã e numa luta permanente para fazer valer os seus direitos.

Nesse sentido, observa-se é que mesmo em uma realidade desigual, discriminatória, onde o desemprego e a falta de oportunidades são fatores presentes na vida das pessoas, principalmente das mulheres é possível através da participação em empreendimentos autogestionários reintegrarem-se socialmente e assim conquistarem a independência financeira, reconquistarem a autoestima e resgatarem conceitos como os de cidadania. E, em uma sociedade, como a brasileira, onde a desigualdade de forma geral é significativa e as consequências do desemprego estrutural causado pela globalização se assemelham aos efeitos causados pelo desemprego tecnológico (ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir) a necessidade de políticas públicas inclusivas por parte do governo se faz necessária para a inclusão social e econômica dessa parcela da população (SINGER, 2000).

Particularmente, em relação ao empoderamento feminino, as políticas públicas devem ser direcionadas para a erradicação ou diminuição da

desigualdade de poder entre mulheres e homens, como destaca Novellino (2004, p. 10):

Em países como Brasil, políticas de gênero deveriam ser um instrumento contra as desigualdades de gênero bem como desigualdades sociais e éticas. As principais questões de gênero, sociais e éticas são: direitos sexuais, acesso à serviços de saúde, violência doméstica e na rua, creches e escolas maternais, distribuição de propriedades, reforma agrária, educação e programas de emprego, representação política e participação política, desregulamentarização da legislação trabalhista, e privatização da seguridade social.

Afinal, para que haja essa mudança no modo de encarar a vida é necessário mais do que uma mudança na postura patriarcal que a sociedade possui em relação à mulher. É necessária a participação de atores sociais para uma transformação mais profunda, nos pressupostos que regem os mecanismos de identificação dos sujeitos, ou seja, a mulher deve mudar a sua autopercepção negativa, deve ter em mente que a discriminação entre gêneros existe e por meio disso cobrar dos agentes externos condições que promova a mudança. Somando-se a essas questões, para que o empoderamento das mulheres realmente aconteça é necessário que o acesso ao mercado de trabalho seja discutido com base em demandas diferentes das dos homens, que considerem as funções exercidas pelas mulheres fora do trabalho, por exemplo. A sua participação política deve ser estimulada e os seus direitos assegurados. Afinal, para obter a igualdade entre homens e mulheres é necessária uma transformação no acesso, pela mulher, tanto aos bens quanto ao poder (DEERE; LÉON, 2002).

Enfim, mesmo o empoderamento sendo algo conquistável pelos próprios indivíduos, algumas condições são necessárias, como a participação e o apoio de atores externos, como organizações de Estado e as organizações da sociedade civil, no sentido de diminuir o quadro de desigualdades. Sobre isso, Vieira et al. (2007, p. 140) destacam que:

Esse investimento deve ocorrer em várias dimensões por meio de redes e parcerias que possibilitem maior atenção e contemplação das diversas áreas das quais essas pessoas possam estar excluídas, a fim de que esse apoio possibilite futuramente melhorar suas condições de vida, ganhar autonomia, sem precisarem recorrer ao governo de modo passivo e dependente.

O estímulo à organização social desses indivíduos excluídos, por meio da criação de associações ou cooperativas, pode se tornar uma forma viável, desde que compatíveis com a realidade onde estão inseridos e adaptados aos seus objetivos. Na colocação de Vieira et al. (2007), a participação desses indivíduos em organizações como associações e cooperativas, promove mudanças significativas em suas vidas, alterando suas relações com a situação vigente de exclusão. Freire (1980), em uma de suas obras, levanta algumas questões relevantes para reflexão sobre a dicotomia existente na sociedade entre oprimidos e opressores, e por que não, dominados e dominadores?

Quem, melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem sofre os efeitos da opressão com mais intensidade que os oprimidos? Quem com mais clareza que eles pode captar a necessidade da libertação? Os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la (FREIRE, 1980, p. 57).

O empoderamento, portanto, deve ser visto como um processo pelo qual o indivíduo, mediante a luta pela igualdade, conquista certos direitos os quais não lhe pertenciam. O direito à educação, saúde, condições dignas de trabalho, à liberdade de expressão, respeito, são algumas capacidades alcançáveis que reinserem o ser humano à sociedade. E, desta forma, promove a sua inclusão social como indivíduo merecedor de tal conquista. O associativismo tem isso como um de seus objetivos.

2.5 O associativismo e as suas interlocuções com identidade, gênero e empoderamento

Com o avanço do capitalismo e da crise econômica que se instaura nas últimas décadas, novos arranjos produtivos e novos formatos organizacionais se desenvolvem em busca de alternativas que possam contemplar as vertentes econômicas e sociais ao mesmo tempo, ou tentar suprir as lacunas de demandas sociais não preenchidas pelo Estado. Destacam-se, nesse contexto, as organizações do terceiro setor, as associações e cooperativas formadas por uma rede de atores que se unem em defesa de objetivos e ideologias comuns. Nesse sentido, “formas associativas e solidárias de atuação comunitária constituem modo privilegiado de participação dos atores sociais na gestão das questões comuns à comunidade” (NASCIUTTI et al., 2003, p. 91). Esses indivíduos buscam na mobilidade uma transformação social e uma oportunidade de terem acesso ao trabalho e conquistarem direitos básicos de cidadania.

Por vez, para compreender a dinâmica de uma associação é preciso ter a noção, para que as organizações possam sobreviver, faz-se necessário estabelecer parcerias com outros atores, demonstrando ser possível conciliar interesses produtivos e sociais, ousando instituir uma nova lógica no trabalho, o associativo. Albuquerque e Bunchaft (2008) comentam acerca do modelo de gestão das cooperativas, os quais possuem semelhanças com as associações, no que diz respeito às decisões. Para os autores, se de um lado é comum recorrerem, inicialmente, ao modelo verticalizado de gestão, mais comum nas formas tradicionais. Por outro lado, observa-se, que o próprio processo formativo, favorece outro tipo de aprendizado de gestão organizacional, mais heterônomo, porque é mais participativo, permitindo aos indivíduos o exercício de um papel protagônico na organização, distinto daquele pelo qual foram socializados. Por isso, entender os tipos de gestão se faz importante para entender qual é a forma de gestão de uma associação ou que deveria ser, uma

vez que seus princípios se baseiam principalmente na participação e cooperação.

Faria (1985) ressalta que há cinco formas de gestão:

- a) Heterogestão: é uma forma de gestão radical, personificando amplamente o autoritarismo organizacional. Suas implicações e consequências têm-se mostrado desfavoráveis a conseguir, ao mesmo tempo, o aumento da produtividade e a redução dos conflitos, já que as bases do poder, que aí são exercidos, fundamentam-se na coerção e na autoridade legal. A heterogestão consiste no fato do trabalhador não estar vinculado ao seu trabalho, pois o realiza levado pela necessidade de sobrevivência [...]. A concepção de que a empresa é uma propriedade, exclui dela os trabalhadores, que não se interessam em um empreendimento do qual não é parte integrante: o único interesse real é o salário.
- b) Cogestão: supõe que o trabalhador possa ter uma palavra a dizer na organização da empresa e, portanto, se manifesta em dois níveis: operacional e estratégico. A cogestão atua no nível da organização técnica do trabalho e no nível da política geral da fábrica. Sob a cogestão, o operário não é reduzido a um mero papel instrumental, já que é reintegrada sua iniciativa e criatividade nos processos de produção. A cogestão está inserida nos pressupostos de um processo participativo que, aliado à codireção, tem o efeito de minimizar a exploração.
- c) Cooperativa de produtores associados: a cooperativa surge como uma associação de pessoas com o propósito de assegurar essencialmente os seus membros. As funções da cooperativa não são puramente econômicas, mas também de educação social e de

interesses comuns, na medida em que institucionalizam o controle moral e social de seus diretores.

- d) Conselhos operários: os conselhos operários não se baseiam em permissões concedidas pela benevolência das classes dominantes, mas em autênticas conquistas da classe trabalhadora que, ao invés de partilhar decisões, que nem sempre atendem seus interesses objetivos específicos, impõem sua vontade coletiva. Os conselhos são vistos como uma forma embrionária de se chegar à democracia no âmbito das fábricas e da sociedade.
- e) Autogestão: a autogestão pretende ser, assim, uma organização social que não aliena, pois não submete; que repousa no princípio de igualdade absoluta de todos os membros, pois não dicotomiza; no princípio da liberdade total de cada indivíduo, pois não reprime e, sobretudo, uma organização que, sendo percebida por todos como necessária a cada um, não seja imposta de fora por quem quer que seja tampouco, outorgada pela benevolência dos sábios, dos reis, dos legisladores, dos governantes, enfim, dos que se acreditam portadores da capacidade de definir e realizar os interesses dos outros. A autogestão resulta, portanto, da autonomia das pessoas e não da usurpação.

Assim, a gestão de empreendimentos solidários, neste caso, associações, deveria ser baseada na autogestão, favorecendo, desta forma, a configuração de uma “identidade associativista” em que os atores decidem e executam as ações baseadas nos princípios que eles mesmos definem como norteadores. Nesses casos, deveriam ser eles os responsáveis, de forma igualitária, pelas decisões tomadas. Nesses moldes, os indivíduos participariam sem restrições e exerceriam a sua liberdade de opinião, que deveria ser uma característica

presente nas associações autogestionárias, uma vez que, a identidade da organização tem um papel fundamental na reconfiguração identitária dos indivíduos.

Alguns empreendimentos associativos realmente proporcionam isso aos seus membros. Um exemplo que merece destaque sobre a reconfiguração identitária dos indivíduos a partir do associativismo é apresentado por Bauer e Mesquita (2007) na pesquisa em que verificaram que a introdução da filosofia de produção agroecológica promoveu a articulação de produtores por meio da criação de cooperativas e associações. Aquela experiência possibilitou que a identidade da organização exercesse influência sobre a identidade do indivíduo. Em síntese, os autores tentaram evidenciar que as associações podem conduzir práticas e levar o indivíduo a uma nova interpretação de sua identidade, dando a ela novo significado.

Outro exemplo considerando ainda perspectiva de trabalhar com a temática da identidade de gênero em associações é o trabalho de Fêchine (2005), que analisou como a experiência da formação de uma associação de rendeiras reforçou a identidade de mulheres produtoras de saberes diferenciados em torno do artesanato. A autora concluiu que a interação dessas mulheres por meio da associação, fez com que elas interagissem e lutassem pelo bem comum respeitando os saberes singulares. A experiência da Associação dos Artesãos de Monteiro, pesquisada por Fêchine (2005), ajudou as mulheres a desenvolverem a sua capacidade de tomar decisões, construindo assim, gradualmente, novas atitudes e novos valores. O processo de empoderamento nesse caso passou pelo acesso à possibilidade de as mulheres criarem uma atividade geradora de receitas e pelo aumento da consciência de cidadania.

Também Bunchaft e Gondim (2004), em outro estudo, constataram que as principais mudanças na identidade de mulheres após a sua inserção em uma cooperativa de costureiras foi a abertura para diálogo com os companheiros, pais

e filhos; aumento de sua autoestima; a descoberta de que “ser mulher” não é apenas ser dona de casa; vitória pessoal (superação dos limites); capacidade de conciliar família e trabalho; disposição e sentido na vida (término da depressão); e otimismo em relação ao futuro.

Fazer parte de uma organização, obter a independência econômico-financeira e se profissionalizar, podem ser elementos que levem as mulheres a ocuparem espaços sociais que nunca pensaram em estar. Esse processo de resignificação contido na reconstrução da identidade das trabalhadoras pode aumentar a sua capacidade de exercício de poder, tanto na esfera privada como na pública, gerando, desta forma, práticas de empoderamento.

O tema empoderamento vem contribuindo de maneira expressiva em estudos, principalmente quando se relaciona à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Esse conceito, que virou moda nas últimas décadas, vem sendo utilizado amplamente nas investigações sobre formas alternativas de desenvolvimento (desenvolvimento humano sustentável, desenvolvimento humano saudável e desenvolvimento deliberativo ou local) e nas análises de gênero, tem se configurado como um novo paradigma em termos de processos de desenvolvimento (MARTINS, 2003).

O gênero não só legitima e constrói as relações sociais, mas também cria e reproduz as diferenças entre homens e mulheres, não só em relação aos aspectos biológicos, mas também em relação aos aspectos ditos sociais. Diferentemente do sexo, o gênero envolve mais do que fatores biológicos, ele é composto de sentimentos, atitudes e de comportamentos associados a homens e mulheres. Daí a necessidade de resgatar as práticas de empoderamento, principalmente no que se refere às questões acerca de gênero. Afinal, apesar das mulheres atualmente terem conquistado um lugar no mercado de trabalho, alguns aspectos relacionados à igualdade de salários e à valorização profissional ainda são desiguais no mundo das mulheres e dos homens. As mulheres, ainda

se encontram em situações desvantajosas nas relações de poder, em que até mesmo os pequenos poderes que lhe são atribuídos são desiguais.

As conquistas no setor público, consequências das lutas feministas são relevantes, mas o poder relacionado ao gênero ainda é exercido de forma desigual nas relações entre homens e mulheres, com privilégios para o primeiro. Por isso, os processos de empoderamento devem ser estimulados, uma vez que eles são vistos como uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, como sugere Romano (2002). O empoderamento, para esse autor é um “processo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (ROMANO, 2002, p. 17). Mais especificamente, como afirmam Deere e León (2002, p. 55), o empoderamento da mulher “implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares”.

Estudar as consequências da inserção de mulheres no mundo público é entender a própria evolução da sociedade rumo à igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. A presença das mulheres sempre se fez presente na história, de forma direta ou indireta, até mesmo quando não foi percebida. Portanto, vale ressaltar que essa participação das mulheres no espaço público é importante por estimular mudanças tanto na sociedade como em suas próprias vidas.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza da pesquisa

A metodologia é uma preocupação instrumental que trata das formas de se fazer ciência, sendo a sua principal finalidade o tratamento da realidade de forma teórica e prática, cercado-se o pesquisador dos cuidados com os procedimentos, com as ferramentas e com os caminhos a serem perseguidos (DEMO, 1987).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa através do estudo de caso. Minayo (1994, p. 21) ressalta que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, uma vez que os processos e os fenômenos não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Em relação aos métodos utilizados para o alcance dos objetivos, foram empregadas as técnicas de entrevista semiestruturada, análise documental e observação não participante. De acordo com Cervo e Bervian (2002), o método constitui-se como o conjunto de diversas etapas ou passos, denominados como técnicas e devem ser dados para a realização da pesquisa.

A utilização do estudo de caso tem como objetivo pesquisar indivíduos de três organizações associativas constituídas por mulheres. Desta forma, pela pesquisa envolver o estudo de mais de uma organização, trata-se de uma proposta de estudo de casos múltiplos.

Para Laville e Dione (1999), o estudo de caso pode envolver o estudo de um caso, como o de uma pessoa, como também o estudo de um grupo, de uma comunidade, de um meio, ou até mesmo o estudo de um acontecimento especial, uma mudança política, um conflito. Quanto aos resultados obtidos no estudo de caso, Triviños (1987) adverte que eles são válidos somente para o caso que se

estudou. A generalização do resultado atingido no estudo não deve fazer parte dessa metodologia de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Reforçando, Alencar (1999) destaca que um caso pode ser: a) um único indivíduo desempenhando uma ação específica; b) um conjunto de indivíduos desempenhando diferentes ações; c) um programa ou projeto de desenvolvimento em que está envolvida uma pluralidade de atores sociais de distintas organizações, desempenhando diferentes ações; d) experimentos; e) bem como um balanço de uma empresa ou balanços de empresas em momentos ou contextos específicos.

Já sobre a classificação, Yin (1989) classifica o estudo de caso em exploratório, descritivo e explanatório. No estudo de caso exploratório, procura-se levantar questões e hipóteses para outros estudos; no estudo de caso descritivo, busca-se estabelecer associações entre variáveis; e no estudo de caso explanatório, ou explicativo, que é o que se pretende realizar nesta pesquisa, são desenvolvidas explicações sobre determinado fenômeno.

Porém, nem todos os pesquisadores reconhecem o estudo de caso como uma forma “legítima” de investigação social, principalmente quando comparada com o ‘survey’, como ressalta Alencar (1999, p. 88).

Os principais argumentos que condicionam este posicionamento metodológico relacionam-se com os seguintes fatores: a) pequena abrangência do estudo de caso em contraste com o ‘survey’ de ampla amostra; b) a natureza “menos formalizada” das técnicas de coleta de informações, usualmente empregadas no estudo de caso, em contraste com as técnicas mais estruturadas do ‘survey’.

Já Laville e Dione (1999) destacam que a principal crítica a respeito do estudo de caso refere-se à dificuldade de generalizações a partir dos seus resultados. Para esses autores, nada assegura, a priori, que os pesquisadores possam aplicar a outros casos, mas também nada o contradiz.

Porém, utilizando-se de roteiros de entrevista articulados com a teoria e reestruturados a cada entrevista, o estudo de casos múltiplos foi a escolha mais indicada para aprofundar na vida dessas associadas, pelo fato de não se mostrar rígido e fixo demais à realidade pesquisada. A presente investigação está circunscrita aos conjuntos de mulheres que trabalham em associações de Minas Gerais e a escolha do universo onde se realizou o trabalho se deu em função, primeiramente, das organizações terem em sua constituição mulheres. O segundo critério que foi observado é a participação dessas associações na Economia Popular Solidária; e o terceiro critério relaciona-se ao tempo de formação dessas associações, o que foi mapeado na primeira fase da pesquisa.

Para a realização da pesquisa, foram escolhidas três organizações em fases diferenciadas de seu processo de constituição, a fim de se permitir a comparação entre elas. Da mesma forma, considerou-se o tempo de formação como um fator relevante quando se buscou analisar o processo de reconstrução da identidade e o grau de empoderamento dessas mulheres.

Dentro dessa perspectiva de análise, as associações de Minas Gerais foram assim selecionadas: uma já formada e bem estruturada; uma intermediária, em processo de consolidação; e outra ainda em processo de formação. As organizações estudadas foram escolhidas, além dos critérios já estabelecidos acima, também pelo critério de acessibilidade e com base em seu cadastro no Sistema de Informação da Economia Solidária (MTE/SIES) e/ou em informações obtidas nas ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) de Minas Gerais². Os sujeitos da pesquisa são as mulheres que trabalham nessas organizações.

Os procedimentos aplicados nesta fase de mapeamento foram os seguintes: busca de informações através de sites relacionados à Economia

²As ITCP's são órgãos vinculados às universidades que ajudam a promover empreendimentos de economia solidária (nota da autora).

Popular Solidária e indicações de pessoas envolvidas nessa área; telefonemas às associações com o objetivo de obter mais informações; e envio de um Questionário (Anexo A) por e-mail aos presidentes das seguintes associações:

- a) ALAC – Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária;
- b) ASSOART – Associação dos Artesãos e Artistas Populares de Varginha;
- c) AVA - Associação Varginhense de Artesãos;
- d) Sapucaí' Art - Associação Arte e Cultura Santarritense; e
- e) Viver com Arte – Associação Comunitária Viver com Arte.

Todas as associações responderam ao questionário enviado por e-mail, com exceção da AVA – Associação Varginhense de Artesãos. A partir das informações obtidas, selecionaram-se as três associações que melhor se encaixaram no perfil e nos requisitos da pesquisa. Sendo elas:

- a) ASSOART – Associação dos Artesãos e Artistas Populares de Varginha – a associação mais antiga;
- b) ALAC – Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária – a associação intermediária; e
- c) Viver com Arte - Associação Comunitária Viver com Arte – a associação ainda em processo de estruturação.

3.2 Coleta de dados

A pesquisa foi conduzida em duas etapas. Uma etapa preliminar foi destinada a mapear as organizações que se enquadraram no contexto da pesquisa e selecionar os casos a serem investigados. Ainda na primeira etapa, foram

contextualizadas as organizações, a partir de seu histórico e principais processos de gestão. Para isso foram selecionadas pessoas-chave, como os presidentes das associações para fornecerem as informações desejadas sobre a história das associações. Esses entrevistados foram selecionados utilizando-se a amostra típica, intencional ou por conveniência, em que “as amostras são formadas em função de escolhas explícitas do pesquisador” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 170). A partir da necessidade do estudo, o pesquisador seleciona os entrevistados que melhor contribuirão para a pesquisa.

Na primeira etapa da pesquisa, também foram buscados dados secundários sobre associativismo feminino; sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários; e informações oriundas de pesquisas anteriores sobre identidade e gênero e empoderamento.

Na segunda etapa, foi feita a abordagem aos sujeitos centrais da pesquisa, selecionados também por amostra típica, em cujo desenvolvimento se valeu da triangulação de algumas técnicas de pesquisa visando abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo (TRIVINÕS, 1987). As técnicas de pesquisa utilizadas foram:

- a) Realização de *entrevistas semiestruturadas*, gravadas com o consentimento das entrevistadas. Para Cervo e Bervian (2002, p. 46), “a entrevista não é simples conversa. É conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”. Alencar (1999) ressalta que a entrevista, nas pesquisas sociais, pode ser empregada tanto como técnica principal de um estudo como combinada outras técnicas, em que o pesquisador vale-se de um questionário ou de um roteiro para a realização da entrevista. Quanto à entrevista semiestruturada, Trivinõs (1987, p. 146) a conceitua como:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Com a realização dessas entrevistas, utilizando-se de um roteiro de entrevista que tem a finalidade principal de orientar o pesquisador, evitando que tópicos relevantes deixem de ser abordados (ALENCAR, 1999), foi possível captar aspectos inerentes à percepção das trabalhadoras, acerca das especificidades da associação e do seu processo de construção identitária.

Em um primeiro momento, foram entrevistados através de um roteiro de entrevista (Anexo B), os presidentes das três associações escolhidas, com a finalidade de obter informações sobre a história de cada associação, assim como aspectos ligados a sua constituição. Essa fase foi denominada de entrevista de contextualização. Nesse mesmo momento, foi aplicado também um questionário demográfico (Anexo C) a cada presidente, como também solicitado a eles documentos – estatuto e ata de fundação que pudessem ser úteis para a reconstituição de fatos relevantes às histórias de suas associações.

Em segundo momento da pesquisa foram entrevistadas as associadas, valendo-se também de um roteiro de entrevista (Anexo D). A relevância dessa parte da pesquisa é incontestável, uma vez que são através desses depoimentos que se fundamentaram as questões levantadas neste trabalho. Para fim de complementação foi aplicado também um questionário demográfico (Anexo E) às associadas entrevistadas.

- b) *A pesquisa documental* foi empregada na verificação de aspectos da organização, práticas e eventos formais e informais de interação

social. Na pesquisa documental são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças entre outras características (CERVO; BERVIAN, 2002). Nesta pesquisa, os documentos pesquisados foram: estatutos e atas de fundação.

- c) Além das entrevistas e da análise documental, acredita-se imprescindível para a coleta de dados a utilização da técnica de *observação não participante* ao cotidiano de trabalho das mulheres estudadas e à sua participação em rituais, cerimônias e eventos promovidos na e pela organização, com vistas a captar aspectos das relações sociais que permeiam o seu dia a dia, os quais podem não ser evidenciados mediante outras técnicas de coleta de dados. Segundo Alencar (1999), na observação não participante apesar de o pesquisador estar presente no local onde o grupo observado desenvolve as suas ações, ele não se faz passar por membro do grupo, ou seja, ele não desenvolve ações que os membros do grupo desenvolvem.

Pelo simples fato de nenhuma das três associações terem sede própria, assim, muitas das entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho das associadas ou nos locais de exposição. Foi possível observar por alguns minutos a sua vida particular. No caso da associação de Lavras, muitas apresentaram o seu artesanato e o seu “cantinho” de trabalho em casa. Em Varginha, na feira da Praça do ET, foi possível observar como a união mesmo que de poucas se faz presente. E como a satisfação de estar ali, mostrando o resultado do seu trabalho está estampada no rosto de cada uma delas. Na Viver Com Arte, a observação foi a partir de uma reunião na qual estavam presentes a presidente e a vice-presidente, algumas representantes de associações de Barbacena, Prados e Dores

de Campos e convidados do poder público e de entidades locais. A reunião ocorreu em meados de fevereiro, em Barroso, onde os presentes discutiram alguns pontos apresentados no Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária que havia acontecido em Belo Horizonte, além desses aspectos, discutiram-se também sobre os cursos a serem desenvolvidos, como também pontos relacionados à experiência da Feira em Santa Maria - RS da qual participaram as associações presentes. Através dessas experiências foi possível resgatar alguns detalhes do dia a dia, tanto das associações como das associadas.

3.3 Análise dos dados

As fases de tratamento das análises dos dados coletados foram as seguintes: 1) *preparação das entrevistas* com transcrição das fitas gravadas, segundo o roteiro de perguntas, agrupando as respostas por categoria para cada questão tratada. Segundo Minayo (1994, p. 70), “as categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”. Para Bardin (1979), a transcrição deve conservar o máximo de informação tanto linguística como paralinguística; e 2) *análise de conteúdo* das entrevistas semiestruturadas, mediante *análise temática*, fundamentada em Minayo (2000), com a definição de temas relacionados aos objetivos do projeto e estruturação de uma planilha que permitiu o agrupamento dos extratos de entrevistas mais representativos do tema escolhido, objetivando-se destacar a fala do entrevistado. Essa técnica para Demo (1995, p. 42):

Não se refere ao conteúdo de um discurso, onde já se jogam muito mais questões de formalização do que propriamente de conteúdo. Análise de conteúdo em si se refere a conteúdos de prática, deixando-se em plano secundário a roupagem formal da elaboração discursiva. Assim, não

importa tanto se a linguagem é gramaticalmente errada, se a expressão é confusa, se há contradições mais ou menos flagrantes em termos de lógica, pois contradição lógica, mais que denotar maus usos de regras formais, apontam para problemas reais de conteúdo, que urge determinar.

De acordo com Bardin (1979), a análise temática é transversal, ou seja, o pesquisador primeiramente levanta as categorias segundo os conteúdos abordados e posteriormente recorta das entrevistas aquilo que se encaixa a essas categorias de análise, facilitando assim o tratamento das entrevistas realizadas.

Enfim, neste trabalho, foram estudadas três associações de Minas Gerais. Uma localizada em Varginha, uma em Lavras e outra em Barroso. Com relação ao número de entrevistas, foram entrevistadas: 6 mulheres na Assoart mais a sua presidente; 14 mulheres na ALAC mais o seu presidente; e 5 mulheres na Viver com Arte mais a sua presidente. As entrevistas ocorreram no período de outubro de 2009 a fevereiro de 2010. Quanto ao sigilo empregado para proteger os nomes das entrevistadas, utilizou-se do seguinte código: **A** para a Assoart, **A1** para a primeira entrevistada, **A2** para a segunda entrevistada e assim sucessivamente; **B** para a ALAC, **B1** para a primeira entrevistada, **B2** para a segunda entrevistada e assim sucessivamente e; por último **C** para a Viver com Arte, **C1** para a primeira entrevistada, **C2** para a segunda entrevistada e assim sucessivamente. Em relação aos presidentes, os códigos utilizados foram: Presidente **A** para a presidente da Assoart; Presidente **B** para o presidente da ALAC; e Presidente **C** para a presidente da Viver com Arte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Conhecendo a história das associações, seus presidentes e suas associadas

4.1.1 A Associação dos Artesãos e Artistas Populares de Varginha – Assoart

A Associação dos Artesãos e Artistas Populares de Varginha – ASSOART é uma associação que foi fundada em 1986 com a seguinte finalidade:

divulgação do folclore e do artesanato regional; aprimoramento, coordenação, proteção, promoção e integração do artesão e artista popular ao mercado de trabalho por meio da arte e da cultura; estímulo à cooperação mútua entre os associados; realização de atividades que possibilitem o aprendizado e o aprimoramento com treinamentos, cursos profissionalizantes, oficinas especializadas e capacitação para o trabalho artístico e artesanal; promoção e participação em exposições, feiras, festivais e eventos para a divulgação do artesão e artista popular; comercialização do artesanato possibilitando o escoamento da produção, intercâmbio cultural e obtenção de fundos para a associação; e assistência ao associado sem paternalismo e dentro das condições da associação (ESTATUTO..., 1986, p. 1).

Além dessas finalidades a Assoart ainda participa, em Varginha, de um Projeto de Lei de Incentivo à Cultura todo início de mês com uma feira de artesanato na Praça do ET, juntamente com outras quatro associações. É uma Associação que possui 15 filiados e na sua totalidade mulheres. A Assoart não possui sede própria, mas por meio de reuniões mensais procura-se discutir assuntos relacionados a exposições, feiras e prováveis apoios.

É uma Associação integrante do Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária, do Fórum Municipal de Economia Solidária além de fazer parte

também do Conselho Estadual de Economia Solidária e do Conselho Municipal de Economia Solidária. Mesmo estando inserida na Economia Popular Solidária desde 2007, a Assoart não passou por nenhum processo de incubação.

Quanto aos trabalhos artesanais, as associadas os realizam em suas próprias casas de forma manual e minuciosa. São trabalhos delicados que em muitos casos foi passado de mãe para filha, destacando-se os trabalhos de tricô, crochê, pintura em tecido, biscuit, bordado, madeira, meia de seda e bucha vegetal. O trabalho de bucha vegetal, apresentado na Figura 1 é um artesanato bonito, delicado e feito com material natural e não industrializado. Além de ser um trabalho referência da Associação nas feiras e exposições.



Figura 1 Trabalho artesanal com bucha vegetal, 2009

Já os trabalhos com meias de seda e fitas (Figura 2) por serem tão cuidadosamente trabalhados pelas artesãs fica difícil dizer que o material utilizado nessas bijuterias são retalhos e sobras.



Figura 2 Trabalho artesanal com meia de seda e fita, 2009

Os trabalhos de madeira, feitos pelas artesãs da Assoart, não só envolvem quadros e enfeites de parede (Figura 3), mas também pinturas em caixas e vidros.



Figura 3 Trabalho artesanal em madeira, 2009

Os trabalhos das artesãs são de qualidade, feitos com gosto e dedicação. São artesanatos que apresentam detalhes minuciosos, feitos individualmente e cuidadosamente pelas mãos de cada associada.

Em relação à criação da Assoart, a ideia principal partiu da necessidade de união de pessoas, através da feira de artesanato na praça, como também para melhorar a organização e a avaliação dos produtos. A iniciativa de formação foi de um grupo de artesãos com o apoio da Secretaria de Turismo, onde o principal obstáculo enfrentado foi a retirada dos atravessadores (PRESIDENTE A). Hoje, a Assoart é um empreendimento de autogestão, de cultura, capacitação e comercialização para a geração de renda, reconhecida pela comunidade por sua luta, persistência e trabalho (PRESIDENTE A). Esse reconhecimento da Associação é citado por algumas das associadas nas entrevistas realizadas.

[...] Falou na Assoart todo mundo conhece. É um nome assim, já fixo na cidade [...]. A nossa presidente, que é a H. é muito conhecida, toda vida trabalhou com artesanato. Então, nesse ponto nós somos bem reconhecidos, pela Associação, por causa de ser mais antiga [...] (A3).

Por meio dos trabalhos manuais e artesanais, podemos perceber a luta diária dessas mulheres na busca constante de reconhecimento pelo trabalho e de valorização pessoal. Grande parcela das entrevistadas iniciou essa luta sem o apoio do companheiro, que as relegava ao segundo plano ou simplesmente não via motivos para que elas se libertassem do mundo privado ao qual estavam destinadas. Um mundo onde o trabalho em sua maior parte passa despercebido ou mesmo malvisto, algo sem valor, sem remuneração (BOURDIEU, 1999).

A história de cada uma nos remete a uma emoção, seja na fala, no gesto e na simples satisfação de desenvolverem trabalhos tão delicados e infelizmente pouco valorizados, onde o apoio de órgãos públicos é mínimo ou até mesmo inexistente. Muitas vezes, a verba para participarem de eventos parte do bolso de

cada associada, como se pode observar: “[...] a Prefeitura entra com muita pouca coisa, às vezes, eles dão caminhão pra levar mercadoria, mas aí tem que pedir antecipado, e verbas pra nós não sai nada não. É nosso recurso próprio mesmo da Associação [...]” (A1).

Outro aspecto observado na história dessa Associação é o número de associadas que realmente participa da Assoart. Nem todas se envolvem como deveria. Mesmo sendo uma Associação antiga, alguns princípios que abrangem o conceito de empreendimento solidário como participação e cooperação no trabalho (SINGER, 1999 citado por EID; GALLO, 2001) não são abraçadas por todas.

Olha, quando ela começou tinha gente pra caramba. Muita gente e a gente não tinha, assim e...colocava as coisas no chão da praça, sabe? Foi uma batalha, batalha mesmo e colocava as coisas no chão e só depois que a gente foi se organizando. Só que os artesãos, é o seguinte, eles pensam que eles entram numa Associação e vai ter gente pra olhar, pra vender, vai largar lá o artesanato e vai embora pra casa dormir. Só que não é assim. Tem que ter um associativismo, né, solidariedade, porque se não tiver não tem como [...] (A5).

Em visita à feira de artesanato (Figura 4), realizada pela Assoart em dezembro de 2009 em Varginha, foi possível observar que são poucas as artesãs que participam e que batalham por seu artesanato e pelo nome de sua Associação.



Figura 4 Feira de artesanato da Assoart na Praça do ET, 2009

A batalha para continuar a desenvolver os seus trabalhos e quem sabe passar para outras pessoas o seu conhecimento e, assim, dar um sentido maior a outras vidas é uma batalha solitária de 7 mulheres de um total de 15 associadas. São essas 7 mulheres que realmente gostam do que fazem e acreditam em sua capacidade de mudar o próprio destino e até a cultura de uma sociedade com vestígios patriarcais, que faz com que o homem se julgue o único detentor da racionalidade, do mando e da construção da sociedade, relegando as mulheres à privacidade, às tarefas domésticas e ao fato de serem consideradas como apêndices, objetos de adorno e de satisfação (BOFF; MURARO, 2002).

4.1.2 A Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária – ALAC

A Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária – ALAC foi fundada em 2001 a partir da “ideia de alguns artesãos na busca de um espaço para fazer o comércio” (PRESIDENTE B). A ideia anterior à criação da Associação que foi a de montar a feira na praça teve o apoio do Prefeito da

época, que juntamente com outras autoridades ampararam esse empreendimento (PRESIDENTE B). A partir da iniciativa de formação de um grupo de artesãos e com o apoio do Secretário de Esportes e de autoridades realizou-se o agrupamento dos artesãos de Lavras e o seu cadastramento para montar a primeira feira, que desde a sua criação tornou-se uma referência cultural aos domingos, um ponto de encontro onde as pessoas desfrutam de uma boa culinária e belos trabalhos artesanais. Segundo o seu Presidente: “no domingo...na parte da manhã, Lavras sem a feira não funciona” (PRESIDENTE B). Aspecto esse também confirmado por algumas associadas que veem a feira como um atrativo, um benefício para a comunidade que se via sem nada para fazer aos domingos.

[...] Eu penso assim que se um dia acabar a Associação, principalmente para o público, vai ser uma perda muito grande porque já acostumei de todo domingo ir lá na praça [...]. Eu acho que para a população...eu acho que é um atrativo no domingo, passear [...] (B1).

[...] A Associação trouxe um benefício muito grande pra praça, porque antes aos domingos, no jardim aos domingos não tinha movimento nenhum, todo mundo ficava cansado, dormindo até mais tarde, não tinha nada o que ver, então sair na rua pra que? [...] (B2).

A feira da ALAC aos domingos (Figura 5) é um motivo para as pessoas acordarem mais cedo e irem se reunir na praça central da cidade. Além disso, é uma forma de recuperar o aspecto lúdico de uma cidade do interior.



Figura 5 Foto parcial da feira da ALAC, 2009

Quanto à sua fundação, a ALAC é uma associação que foi fundada após a criação da Feira de Arte e Artesanato de Lavras, essa criada pela lei nº 2.453 de 02.12.98, e regulamentada pelo decreto-lei 4.068 de 17 jul. 2002, onde é pré-determinado pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, o dia, local e horário a ser realizada (LAVRAS, 2002). Essa lei, por meio do Artigo 2º, também veda:

A comercialização de produtos que não sejam criados e elaborados por artistas/artesãos domiciliados e residentes em Lavras, e em especial: I – bebida alcoólica em doses; II - cerveja industrializada, embalada em lata, garrafa ou copo; III – medicamentos industrializados; IV – cigarros, charutos e cigarrilhas; V – produtos industrializados; VI – produtos perigosos e/ou nocivos à saúde pública (ESTATUTO..., 2004).

Essa lei é uma forma de selecionar os produtos a serem comercializados na feira. Os produtos devem ser somente artesanais e manuais. Os produtos industrializados não são aceitos. Na própria seleção dos possíveis feirantes e

associados, a Diretoria da ALAC avalia os produtos que devem ser artesanal, como consta em seu Estatuto.

Serão membros da Associação todos os artesãos que solicitarem a sua filiação, mediante avaliação de seu trabalho, previamente aprovado pela Diretoria e posterior preenchimento da ficha de inscrição e concordância das normas estatutárias (ESTATUTO..., 2004).

A história da ALAC envolve a participação das mulheres desde a sua criação nos cargos de presidente, vice-presidente e secretárias como também representadas nos conselhos: deliberativo e fiscal (ASSOCIAÇÃO LAVRESENSE DOS ARTESÃOS DE ARTE CULINÁRIA - ALAC, 2001). É uma Associação que passou pelo processo de Incubação da Universidade Federal de Lavras – UFLA e que desde 2008 se encontra inserida na Economia Popular Solidária. A ALAC não possui sede própria e os seus 85 filiados, 28 homens e 57 mulheres, desenvolvem os trabalhos em suas casas.

A Associação tem como principal finalidade a assistência aos artesãos, vendas e exposições dos seus produtos. Atualmente, um dos principais projetos desenvolvidos pela ALAC é a Casa do Artesão (Figura 6), um espaço cedido pela Prefeitura que tem como finalidade a comercialização dos produtos dos seus associados.



Figura 6 Casa do Artesão - ALAC, 2009

Outro ponto interessante, em relação às associadas da ALAC, refere-se à participação voluntária de algumas dessas mulheres no Projeto Galpão Cidadão, desenvolvido pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, em parceria com a Fundação Padre Dehon e com o apoio da Petrobrás. Esse projeto tem como principal objetivo “potencializar jovens e adultos para o emprego através de cursos” (O LAVRENSE, 2010).

Buscando superar, desde o início de sua criação, o principal obstáculo que se refere aos costumes da cidade que não possui uma tradição histórica voltada para o artesanato, o trabalho da ALAC, hoje, já é reconhecido pela comunidade além de se encontrar bem estruturada e bem representada através da participação de seus associados na habitual feira aos domingos e pela participação em exposições e eventos relacionados ao artesanato e à Economia Popular Solidária (PRESIDENTE B). Porém, por outro lado, na ALAC, como ressaltam algumas associadas, ainda falta apoio da Prefeitura. Elas alegam que por representarem a cidade em eventos e por divulgarem o nome da cidade na feira, o incentivo da Prefeitura deveria ser maior. Em relação a isso, Singer

(2000) destaca a importância do apoio do poder público municipal, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais progressistas e movimentos populares para o desenvolvimento dos EES. Contudo, esse apoio não pode descaracterizar o empreendimento associativista, influenciando em seus objetivos. Em alguns casos, a política passa a ser politicagem e a associação passa a ser controlada por partidos políticos, tendo que mudar a sua finalidade. Nesses casos, é preferível não contar com esse tipo de apoio, que na verdade, é uma forma de controle mascarada.

[...] Eu acho que a gente merecia mais apoio. A gente vai pra fora, a gente não está divulgando nosso trabalho, a gente tá divulgando a cidade. Nós estamos é fazendo política, a gente tá fazendo política lá, que através disso a gente vai em exposição que tem prefeito de outras cidades, deputados [...]. Então, eu acho que a gente leva o nome de Lavras e a gente deveria ter mais apoio [...] (B9).

A união e o individualismo também são aspectos que foram verificados dentro da ALAC, prejudicando não só o relacionamento entre os associados, mas também o fortalecimento dos empreendimentos solidários como uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda (OSTERNE; PONTES JÚNIOR, 2004), e consequentemente diminuição das desigualdades.

[...] A união das pessoas, ainda é uma coisa que, não que eu seja, eu posso não gostar de uma pessoa, mas pelo menos eu devo respeitar aquela pessoa [...]. Você tem de ver a Associação como um todo [...]. E esse eu acho que é o ponto pior que existe dentro da nossa Associação, é justamente a falta de união. Acho que as pessoas não tão muito preocupadas com o umbigo da outra, mas só com o seu [...] (B12).

Por outro lado, o que se observa em relação à ALAC é uma participação familiar, de filhos e maridos. Em alguns casos, essa participação direta ou

indireta está presente no cotidiano da Associação, principalmente na feira aos domingos, como ressalta o seu Presidente: “acho bonito na ALAC domingo...que não só o associado geralmente o esposo, né, ou...a esposa, né, que não são associados vão, participam, os filhos. Então, ali é um trabalho bem familiar, em equipe mesmo e todos trabalham juntos” (PRESIDENTE B).

Apesar do pouco incentivo de órgãos públicos, principalmente da Prefeitura, a ALAC tem demonstrado, ao longo de sua caminhada, persistência e sucesso em suas conquistas. Mesmo que essas sejam dosadas, a ALAC tem buscado boas parcerias visando o crescimento da Associação e melhorias para o associado. Sobre essas parceiras, Vieira et al. (2007) ressaltam que essas devem visar a melhoria nas condições de vida dos seus associados, como também a autonomia da associação, para que não seja necessário recorrer sempre ao governo de modo passivo e dependente.

[...] Nós estamos com parcerias, né, cada vez mais pela Associação, agora com o Projeto Economia Popular Solidária, né, na qual estamos fazendo parte, lutando para trazer para Lavras, né, para se criar a 6ª Regional de Economia Popular Solidária aqui em Lavras e estamos com uma parceria boa agora com o Integra Minas, né, e estamos entrando também na Pequenas Empresas Grandes Negócios e buscando cada vez mais melhorias, né, para os artesãos e artesãs, né, para a gente crescer cada vez mais (PRESIDENTE B).

Nessa luta diária por reconhecimento e valorização, não só a ALAC, mas a maioria, das associações de artesanato encontra, muitas vezes, um caminho repleto de incertezas e dificuldades, onde são poucas as que perduram ao longo do tempo e alcançam o merecido reconhecimento pelos delicados e minuciosos trabalhos manuais e artesanais de biscuit, tricô, crochê, pintura (Figura 7), e suas guloseimas caseiras que são as tortas, doces e salgados que

representam uma geração e uma gostosa cultura tipicamente de interior, como no caso de Lavras.



Figura 7 Trabalho artesanal de pintura em tela, 2009

Enfim, essas mulheres encontram no artesanato e na culinária uma forma de superação, seja emocional ou financeira. O que se observa é um resultado positivo vindo da participação na feira e no desenvolvimento de seus trabalhos. São histórias diversificadas, de mulheres que encontraram nesse ofício e ao mesmo tempo, nessa distração, uma forma de reconhecimento e valorização, algo que vai além da renda, algo que possibilita uma maior autonomia, ainda em grau reduzido. Falta a elas participação mais democrática nesse processo, assim como defendido por Oliveira (2008). Seja por falta de interesse, falta de incentivo ou inexistência desse tipo de discussão no âmbito da associação, a maioria delas se preocupa apenas com a produção de seu artesanato. Contudo, não veem a partir daí o que mais podem obter em termos de exercício da cidadania e empoderamento político.

4.1.3 A Associação Comunitária Viver com Arte – ACVA

Fundada em 2006 pela sua atual Presidente e criada essencialmente por mulheres em busca de geração de trabalho e renda, a Associação Comunitária Viver com Arte – ACVA de Barroso-MG se propõe, segundo o art. 2º de seu Estatuto:

Promover o desenvolvimento urbano e rural através da capacitação profissional para o trabalho e renda, da educação e da cultura; atender jovens e adultos que buscam a qualificação profissional e ainda oferecer oportunidades de inclusão social para crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência, como também às pessoas idosas, por meio de oficinas de produção artesanal, oficina de trabalho e renda e incentivo ao estudo e à cultura (ESTATUTO..., 2008).

A Viver com Arte não possui sede própria, sendo os trabalhos artesanais realizados nas casas das 20 associadas. É uma associação que participou do processo de Incubação da Universidade Federal de São João Del Rey – UFSJ e que já se encontra inserida na Economia Popular Solidária desde 2007. Por meio da ACVA e dos cursos oferecidos pela Economia Popular Solidária a determinadas associações, algumas mulheres criaram um projeto relacionado à culinária, no qual estão envolvidas algumas associadas que veem nessa nova oportunidade uma possibilidade a mais de crescimento pessoal.

Embora seja uma associação nova, a Viver com Arte já conta com o apoio de várias associações e instituições, como afirma a sua Presidente: a Associação Ortópolis, a Associação de Pais e Amigos, a Associação de Bairro e o Instituto Nossa Senhora do Carmo, tanto incentivam quanto patrocinam viagens para a exposição de seus produtos. Para a participação em feiras, a Viver com Arte tem como apoiadores órgãos como o Instituto Maritas de Belo Horizonte, a Caritas Brasileira e o Sedese (PRESIDENTE C).

Apesar a Presidente da Viver com Arte destacar alguns órgãos de apoio, na Associação ainda falta recurso e incentivo, tanto financeiro quanto na forma de estímulos para a sua estruturação, como se pode observar nesse depoimento: “[...] falta mais incentivo, falta dinheiro, falta recurso assim de todas as partes, sabe? Tanto recurso financeiro como incentivo, né? Mais incentivo pro grupo [...]” (C1). Essa falta de apoio tem sido um aspecto notado em todas as três associações estudadas. E talvez, essa inserção das associações na Economia Popular Solidária se dê em busca de um maior reconhecimento dos seus trabalhos desenvolvidos, como também, um incentivo, principalmente, em relação à participação em feiras e exposições. Entretanto, o apoio não pode ser buscado como uma muleta para sustentar as atividades das associações. Elas têm que aprender a caminhar sozinhas. Muitas vezes, elas ficam dependentes do apoio externo porque parece mais fácil do que o autodesenvolvimento de capacidades que as levariam à autonomia.

Segundo a sua Presidente, embora seja hoje, uma associação reconhecida pela comunidade tanto pelos trabalhos artesanais como pelos seus trabalhos sociais, a Viver com Arte teve que superar no início alguns obstáculos, como a falta de verba, a ausência de um espaço físico e as divergências entre os associados, principalmente quando alguns se opunham às ideias do grupo. Por se tratar de um tipo de organização e por envolver diferentes pessoas com diferentes pensamentos e ideias, a discórdia é algo que pode surgir, mas que deve ser resolvida para que não prejudique o fortalecimento de vínculos como a cooperação e a solidariedade entre as associadas. Para isso, discutir coletivamente as contradições e dificuldades é um processo que deve ser mantido permanentemente. Isso é o mais difícil. Deixar os desinteressados e divergentes de lado é a atitude mais fácil, porém a menos indicada para a autogestão.

Os obstáculos foram tantos, né...a falta de verba, né, e...o espaço e...a gente não tinha, assim, até o próprio grupo que, às vezes, tem muitas dificuldades, eles não compreendem, né, aí começa aquelas discórdias, as brigas...aí, cê tem de sair de um lugar e ir atrás da pessoa na casa dela pra tá trazendo ela pro grupo [...] (PRESIDENTE C).

Por ser uma Associação criada a partir de um momento político, durante a campanha de um deputado, e por ainda se encontrar enraizada mais em interesses “polítiques” do que ideais sociais, o que se pode observar é uma Associação assentada em princípios pouco sustentáveis, onde a falta de união, a desconfiança e a descrença em relação a pessoas de dentro da Associação, se fazem presentes e contrárias ao que deveria ser realmente um Empreendimento Econômico Solidário. No depoimento da associada C5, percebe-se que a Viver com Arte necessita de uma reestruturação, uma “injeção de ânimo”, uma orientação da Presidente em relação ao sentido real do que seja uma Associação. Percebe-se, também, a dependência que as demais associadas possuem de sua presidente, o que de certa forma, prejudica a coletividade. Para Singer (1999 citado por EID; GALLO, 2001), os empreendimentos solidários são definidos como organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos idealmente por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Princípios esses que se encontram atualmente ausentes na ACVA.

[...] Então assim, a Viver com Arte tinha um monte de gente que foi saindo justamente porque perderam a confiança nessa pessoa. Então, assim, eu acho que tinha de dar uma reestruturada. Uma injeção de animo aí [...]. Falta uma orientação de como administrar o negócio [...]. É quem pode mandar, quem não pode mandar [...] (C5).

Ainda em relação à questão política, a sua Presidente diz que no início de sua formação, a Viver com Arte contou com apoio da Prefeitura Municipal de Barroso, em relação a viagens e cursos de capacitação. Porém, o que se observa é que essa relação hoje se encontra um pouco distante e estremeçada. Esse aspecto demonstra como a ACVA possui fortes vínculos político-partidários, uma vez que questões partidárias são visíveis e afetam diretamente aspectos ligados à Associação, como ressalta essa associada: “[...] diz a Presidente C que é muito difícil falar com a Prefeita. Diz ela que a Prefeita não gosta dela ou ela não gosta da Prefeita, não sei [...]. Aí, se precisar de qualquer coisa lá (Prefeitura), dançou [...]” (C2).

Embora seja uma associação inserida na comunidade, como afirma a sua Presidente, a busca pela merecida valorização vem se concretizando aos poucos, lentamente. É uma Associação que tem muito a oferecer para a comunidade, mas que precisa primeiramente, fortalecer a sua identidade.

A gente criou essa Associação pra abranger todos os bairros da cidade, ela não é uma Associação que fica num lugar, então ela foi criada pra atender todos os bairros, não só com artesanato, com umas partes culturais, alimentação [...] (PRESIDENTE C).

Para dar continuidade aos seus trabalhos artesanais de tricô, crochê, pintura em tecido, bonecas de pano (Figura 8) entre outras pérolas artesanais e fortalecer o vínculo social e associativista, a diretoria precisa estar mais integrada com os ideais da Associação e menos preocupada com questões político-partidárias. Os ideais e objetivos da associação devem ser discutidos e firmados por todos os seus membros e não apenas alguns deles. Um dos princípios da autogestão é que a organização, neste caso a associação, seja uma organização social que “não aliena, pois não submete [...]”; sendo percebida por

todos como necessária a cada um, que não seja imposta de fora por quem quer que seja” (FARIA, 1985, p. 77).



Figura 8 Trabalhos artesanais diversos, 2009

Em depoimento da Presidente C pode-se observar que a Associação Comunitária Viver com Arte tem construído a sua história em cima de muita luta e persistência, em um município com pouca identidade artesanal: “Barroso não tinha essa identidade do artesanato, daí nós criamos ela (Viver com Arte)” (PRESIDENTE C). Mas é uma associação que se encontra em uma região marcada pela cultura do artesanato, como as cidades de Prados, Tiradentes, São João Del Rey, entre outras que influenciam através da sua cultura local a prática do artesanato, bem como a sua comercialização.

Esse aspecto, ausência da cultura do artesanato, não deve se tornar um fator de impedimento a determinado município para se sobressair em atividades inexistentes e contrárias aos seus aspectos culturais, como no caso de Barroso. Acreditar e ter pessoas envolvidas no processo de estruturação e fortalecimento talvez seja o primeiro passo para mudar o destino de uma comunidade local e

deste modo, desenvolver capacidades de inclusão social, participação, solidariedade e cidadania, favorecendo assim o empoderamento de suas associadas, uma vez que esse processo tem capacidade de criar e ganhar poder de para os setores marginalizados, gerando assim capacidades inexistentes através de atividades de conscientização e percepção da realidade completa (AMÂNCIO, 2006). Nesse mosaico de realidades tão diversas e contrárias, acreditar no indivíduo como um ser capaz, ainda deve ser o primeiro passo para se quebrar paradigmas e modificar realidades.

4.1.4 A influência dos presidentes sobre a constituição e o desenvolvimento de suas associações

A Presidente da Assoart é muito conhecida pelas suas colegas, atua a pouco mais de um ano como presidente. Contudo, é citada por muitas como a sua principal representante: “ponto forte a gente já lembra dos trabalhos da H. em bucha, que são os mais famosos [...]. O que eu digo, ela é a fundadora da Associação” (A3). Simplesmente a “mãezona” da Associação, uma referência para muitas associadas: “eu aprendi muito com a H., ela foi o meu alicerce, porque ela é uma pessoa que... ela ajuda a gente a crescer. Se eu sou o que eu sou hoje eu agradeço muito a ela” (A2).

Com 61 anos de idade e 23 anos de associação, essa mulher desempenha o seu cargo de acordo com o estatuto e as normas vigentes, e pelos depoimentos pode-se observar um perfil tutorial e autocrático da Presidente. Ela mesma se define como detentora e principal responsável pelas atividades da Associação.

Represento o empreendimento judicial e extrajudicialmente; cumpro e faço cumprir o estatuto e regimento interno; presido a assembléia geral; convoco e presido reuniões; autorizo e assino juntamente com o tesoureiro todos os documentos de responsabilidade; designo tarefas e atividades; resolvo casos urgentes e inadiáveis que exijam

participação de toda administração e apresento resoluções.
(PRESIDENTE A).

Para a Presidente, o ponto forte da Assoart está relacionado à “união de esforços, de trabalho, paciência e do coletivo, tendo à frente pessoas responsáveis e uma diretoria atuante” (PRESIDENTE A). Essa diretoria centralizadora é confirmada no depoimento da associada A1, quando ela diz que a Presidente A representa a própria Associação em si: “[...] a H. passa todas as regras da feira [...]. É tudo antecipado, tudo colocado em ata, tudo registrado, tudo assinado [...]” (A1).

O aspecto coletivo e autogestionário parece se dissipar em um ambiente onde as ações se concentram nas mãos de uma única pessoa. Em relação aos aspectos administrativos que envolvem a Assoart, segundo as associadas é Presidente A quem resolve os principais problemas: “[...] a H. ela sempre já resolveu o problema, já vem “mastigadinho” pra gente, tá?” (A2).

Enfim, o que se observa é que além de pessoas envolvidas e dedicadas é importante e necessário que uma associação tenha uma diretoria voltada para os ideais do grupo. Não basta ter o cargo, é preciso ser, agir e atuar. E nessa realidade onde faltam verbas, apoio e incentivo para a perpetuação de uma cultura artesanal ou até mesmo para a sua projeção, a união, persistência e a constante rediscussão de seus princípios devem se tornar um elemento central para aquelas mulheres que realmente estão envolvidas com a associação.

Em relação à ALAC, o seu representante, além de artesão é o presidente da Associação há quatro anos, ou seja, já está no seu segundo mandato. Contudo, já participa da diretoria há oito anos, atuando no Conselho Fiscal e na Tesouraria. Ele tem 40 anos, é separado, possui ensino médio completo e, segundo ele, a sua função se baseia principalmente na “organização da feira e da Associação; participação em eventos e feiras; treinamento e capacitação dos associados e busca de parcerias” (PRESIDENTE B).

Quando questionado sobre a situação atual da ALAC, ele afirma que hoje a vê como uma Associação bem estruturada, principalmente em termos burocráticos e com boas parcerias, como é lembrado em seu depoimento.

[...] Uma força (ALAC), né, [...], a gente tem nome, graças a Deus, e não só aqui, mas em feiras em que a gente participa, né? O pessoal fala muito bem da Associação. Hoje nós estamos bem estruturado com a Casa do Artesão, né, com várias parcerias, vários convênios que firmamos com a Associação, Unimed, né...inclusive com parcerias boas do poder público aqui em Lavras, né, e...inclusive em região também (PRESIDENTE B).

Quando foi levantada a questão do desempenho do atual Presidente, pode-se observar pelas entrevistas que a maioria das associadas vê o seu Presidente como uma pessoa atuante e preocupado com a sua Associação. Pelo que foi percebido é que as funções da diretoria vão além do que o Estatuto da ALAC prevê sobre as competências do Presidente.

[...] Nossa ele (Presidente B) é ótimo. De todos, nesse tempo todo que eu tô lá, de todos, esse é o que, sabe, o que corre atrás, que chama a atenção, que fala, que trabalha realmente, ele é. Ele deixa lá a barraca dele, porque ele tem lá a barraca dele de artesanato, e ele fica lá correndo na feira atrás de tudo, sabe? De tudo. Então, realmente ele é super esforçado, eu acho que, assim não tem uma pessoa melhor que ele pra diretoria não. Ele é, nossa, muito esforçado [...] (B8).

No entanto, algumas associadas questionam a atuação do Presidente frente à Associação e dizem que ainda existem problemas que impedem o crescimento e o reconhecimento da ALAC em eventos realizados fora da cidade. Pela falta de verba e apoio, algumas associadas participam das exposições por conta própria e ressaltam a pouca importância dada pelo Presidente a esse tipo

de situação. Neste caso, contrariando também a posição do Presidente, quando ele diz que a ALAC já é uma associação estruturada.

Olha, eu sempre vou por minha conta. Agora que a Associação tá começando a sair da toca pra ir. Desde que eu vim morar aqui, eu falava pra eles [...]. E, eu sempre falava da importância de você sair, mostrar o seu trabalho, mesmo porque eu tenho uma busca nessa minha coisa de participar de feira [...]. Eu acho importante que a Associação saia até pra eles aprenderem mais, porque eles são muito crus ainda [...] (B12).

Nessa luta diária que envolve principalmente o reconhecimento do artesanato como uma atividade geradora de renda e inclusão do ser humano, uma diretoria atuante se torna imprescindível, direta e indiretamente, para a continuidade de um trabalho que envolve pessoas de diferentes realidades. De forma direta quando se relaciona às pessoas envolvidas com o trabalho e indireta pelo fato do artesanato nos remeter a uma cultura local, regional e nos fazer participar, seja como algo físico, como uma lembrancinha que trazemos conosco, ou algo que devemos valorizar na busca da preservação de uma história.

Por fim, a Associação Comunitária Viver com Arte – ACVA foi criada pela sua atual presidente, artesã, coordenadora da secretaria executiva do Fórum Regional de Economia Popular Campo das Vertentes e integrante da secretaria do Fórum Estadual de Economia Popular Solidária (PRESIDENTE C). É uma mulher que tem se mostrado para algumas associadas, como uma presidente preocupada com a Associação. Mas que, muitas vezes, coloca a politicagem à frente dos ideais do grupo e dos princípios que regem o associativismo.

[...] A M. (Presidente C) que sempre comanda esses negócios, mas a M., não sei o que tá acontecendo com ela. Esse negócio de associação colocar política no meio não dá

certo não [...]. Mistura as coisas. Mistura as coisas aí fica nessa confusão toda [...] (C2).

Observa-se, pela história da Viver com Arte e pelos depoimentos em relação a sua Presidente, a existência de um vínculo forte com a política e um esquecimento em relação aos princípios associativistas. A maioria dos depoimentos cita o envolvimento da política na Associação e falam até em uma reeleição como nesse trecho: “[...] eu acho que tava hora de ter uma nova eleição, entendeu? Porque as pessoas perderam a credibilidade, em algumas pessoas lá dentro [...]” (C5).

A Presidente parece se distanciar cada dia mais do objetivo principal da Associação que é a inclusão e o desenvolvimento de pessoas, uma vez que na ACVA a maioria das associadas necessita realmente desse tipo de oportunidade para o seu desenvolvimento social e econômico: “[...] quem tá dentro da Viver com Arte são pessoas mais carentes, né, com dificuldades. Tá meio difícil a Viver Com Arte no momento hoje” (C3). Sobre isso, Vieira et al. (2007) destacam a importância na participação em organizações como associações e cooperativas, por promover mudanças significativas na vida dos indivíduos, alterando relações com a situação vigente de exclusão. Por isso, uma diretoria realmente ativa e envolvida com a realidade das associadas se torna importante para o desenvolvimento e inclusão do ser humano.

As funções de um presidente devem ir além daquelas expostas no Estatuto de uma associação. As associações devem tirar da sua realidade a oportunidade para se desenvolverem como agentes diminuidores das desigualdades e assim, estimular o próprio desenvolvimento dos indivíduos por meio de ações educativas que os incluam socialmente e economicamente. A promoção de cursos de capacitação e treinamentos deve ser um meio para estimular a formação do conceito de cidadania, principalmente em comunidades carentes.

Um presidente ativo deve oferecer a oportunidade e estimular ao mesmo tempo o indivíduo a buscar novos caminhos. Pelos depoimentos das associadas, a Presidente da Assoart demonstrou ser uma centralizadora, mais autocrática do que democrática. As decisões são centralizadas e as associadas não se envolvem. Esse aspecto pode abranger duas questões: pelo fato da Presidente tomar frente às situações por comodidade das próprias associadas ou pelo fato dela impor tal comportamento pelo poder adquirido. Em relação à ALAC, o Presidente se mostrou, por meio dos depoimentos das associadas ser o mais integrado com a realidade de suas associações e ligados às questões que envolvem tanto a associação quanto os associados. Enquanto que a Presidente da Viver com Arte, por meio dos depoimentos das associadas, se mostrou mais distante dos ideais da associação e das questões relacionadas às associadas. Neste caso, infelizmente, princípios autogestionários estão sendo deixados de lado.

4.1.5 Conhecendo as associadas

Por meio das informações obtidas, através do questionário demográfico aplicado às associadas, foi possível descrever, sem caráter estatístico, o perfil das entrevistadas. As principais questões abordadas foram com relação à idade, ao estado civil, ao tempo de associação e ao tipo de trabalho desenvolvido. O resultado desse levantamento (Tabela 3) foi dividido por associação objetivando-se assim facilitar as apreciações. Para complementar as análises foram utilizados também, trechos de depoimentos e informações obtidas a partir desses. Lembrando que todas as associadas entrevistadas são do sexo feminino.

Tabela 3 Informações demográficas das associadas.

ASPECTOS ABORDADOS	ASSOART	ALAC	VIVER COM ARTE
Idade:			
Até 25 anos			
De 26 a 35 anos		1	
De 36 a 45 anos	1	3	2
Acima de 45 anos	5	10	3
Estado civil:			
Solteira		1	
Casada/União estável	6	12	3
Separada/Divorciada		1	1
Viúva			1
Há quanto tempo faz parte da associação:			
Até 1 ano		3	1
De 2 anos a 6 anos	3	5	4
Acima de 6 anos	3	6	
Tipo de trabalho desenvolvido:			
Artesanato	6	11	5
Culinária		3	

Fonte: Dados questionários demográfico

Em relação à idade, o que se observa é que todas as mulheres pesquisadas nas três associações têm idade acima de 31 anos e a maioria já trabalhou em outra atividade sem ser o artesanato ou a culinária. Algumas dessas mulheres começaram a trabalhar com artesanato depois de sua aposentadoria. Grande parte dessas mulheres são donas-de-casa e apenas uma minoria ainda trabalha fora. Daí, essa busca por uma independência financeira ou pessoal e até mesmo por uma compensação que vai além do mundo privado, onde muitas mulheres se veem como indivíduos pouco valorizados e reconhecidos. Em relação à questão mulher x trabalho, o que se percebe é que existe certo consenso entre os pesquisadores, de que a responsabilidade pela família, ao longo destes anos, tem sido destinada às mulheres, sendo ela a maior e em muitos casos, a única chefe de família, a quem se atribui a socialização das crianças, o trabalho doméstico, o desenvolvimento e amadurecimento afetivo do casal (MENEZES, 2002). As questões referentes aos cuidados com a casa se

encontram ainda, muito relacionadas à mulher. Os homens já auxiliam em algumas tarefas de casa, mas ainda de forma discreta: “[...] ele (marido) me ajuda muito [...]. Mas, ele não gosta que ninguém saiba [...].” (A2).

Por outro lado, há aquelas que afirmam que o marido auxilia nas tarefas domésticas, considerando isso uma quebra de um obstáculo cultural. Entretanto, o uso do termo “ajudar” já mostra o sistema patriarcal internalizado nas mentes das entrevistadas, como fazer o serviço de casa se não fosse também à atribuição do marido (BOFF; MURARO, 2002).

[...] Ele (marido) me ajuda muito. Numa boa, nossa, ele inclusive se preocupa muito com isso. Aqui em casa é assim. Você viu a minha louça toda ali em cima? Ele chega, ele guarda toda pra mim. Arruma a mesa do café, arruma a mesa do almoço, tira. Se eu tô muito apertada e ele tá em casa, ele lava uma louça pra mim, sem problemas, entendeu? Ele me ajuda muito. Se eu tô lavando roupa, ele me ajuda a estender, recolhe pra mim. É uma boa parceria [...] (B11).

O interessante é que mesmo nos momentos em que elas têm de enfrentar a exaltação masculina, a falta de apoio e se desdobram para conciliar as tarefas domésticas com a arte, a maioria continua com o seu companheiro como pode ser observado na Tabela 3. Quanto ao estado civil das entrevistadas, a maioria é casada ou possui união estável, contra uma pequena parcela de mulheres separadas/divorciadas ou viúvas.

O tempo de associação é outro aspecto interessante, pois nem sempre ele está relacionado à participação ativa na associação, principalmente no caso da Associação Comunitária Viver com Arte. Algumas das entrevistadas, apesar de terem um tempo razoável de associação, não participam tanto das reuniões ou das assembléias. Mas ressalta-se que os argumentos variam. Algumas justificam a ausência pela falta de tempo, uma vez que trabalham muito, outras suspeitam até da continuidade da associação e se dizem desestimuladas a participar das

reuniões. Quanto à Assoart e à ALAC, foram poucas as entrevistadas que afirmaram não participar de reuniões ou de assembléias.

[...] Eu até tô assim um pouco em falta. Por causa de tá trabalhando muito assim. Mas, assim, a gente vai pra feira, né, leva material pra aquele espaço da rodoviária [...]. Eu não tô tendo tempo de fazer nada. Tô até um pouco afastada do grupo no momento [...] (C5).

Por fim, em relação ao tipo de trabalho desenvolvido, todas as associadas entrevistadas da Assoart e da Viver com Arte desenvolvem trabalhos artesanais. Somente na Alac, por ser uma associação que mescla artesanato com culinária, foi possível entrevistar algumas associadas da parte de culinária.

Quando questionadas nas entrevistas, sobre o conhecimento que elas possuem da Economia Popular Solidária (EPS), o que se observa é um conhecimento vago e superficial por parte da maioria. Algumas já ouviram falar, outras desconhecem totalmente o termo e o seu significado. É como se fosse uma panaceia criada para resolver todos os problemas da associação, um mecanismo assistencialista que iria transformar todos os sonhos em realidade. Há ainda aquelas que veem a Economia Popular Solidária como algo ainda pouco sustentável e conhecido pela comunidade, como nesse depoimento.

[...] Eu achei muito interessante [...]. Só, que eu vejo também que a Economia Solidária é muito hipócrita em certas coisas. É muito sonho [...]. É mais sonho do que realização em si [...]. E gostaria que a Economia Solidária fosse mais aberta a toda população. Eu ainda a vejo muito fechada [...]. As pessoas não sabem o que é ainda. Tinha de ser mais divulgado [...]. Tinha de ter uma divulgação maior de Economia Solidária. Porque a população sempre acha que ela vai ter de dá alguma coisa [...] (B12).

Essa falta de compreensão demonstra o distanciamento da noção em torno da Economia Popular Solidária do que seria o seu objetivo principal de

combate à exclusão, uma vez que muitas das experiências relacionadas à participação nos empreendimentos solidários são animadas por mulheres e destinadas às mulheres (OLIVEIRA, 2008). A participação ativa das mulheres nos empreendimentos solidários deve ir além do sentido material (renda e emprego), contribuindo para a sua inclusão social e para a promoção da cidadania. Entretanto, não é isso que tem ocorrido nas associações pesquisadas. O impacto do associativismo na vida das associadas tem se limitado a aspectos mais individuais e menos coletivos em termos de empoderamento.

4.2 O impacto na vida das associadas após a sua inserção nas associações

4.2.1 A descoberta do artesanato

Quando pensamos em arte, de uma forma geral, pensamos em “dom” ou em algo passado de mãe para filha, mas o que observamos é que algumas vezes nem sempre é assim. Muitas mulheres desenvolvem esse “dom” artesanal ou para a culinária para superarem dificuldades, cobrirem feridas, suprirem perdas ou para diminuir a solidão. É o caso de muitas dessas associadas que dedicaram anos à criação de seus filhos que, ao partirem para estudar ou para viverem suas vidas, causam em suas mães uma sensação de troca ou abandono. E nessa descoberta é que encontram uma forma de superar os problemas pessoais e familiares.

[...] Ele foi embora (filho), aí eu me senti muito sozinha, aí eu comecei do básico [...]. Eu aprendi no Centro Espírita [...]. Na minha família não tem. Então, foi uma coisa assim, que eu tive de procurar. Como eu me senti sozinha, eu só tenho um filho...filho único, então, eu falei assim: “gente eu tenho de fazer alguma coisa, eu não posso só ficar dentro de casa”. Foi aí que eu busquei o curso (A2).

Problemas são momentos inerentes a qualquer ser humano e quando acontecem tentamos amenizá-los nos apoiando em pessoas ou atividades que nos dão prazer. No caso de algumas associadas, esse apoio se deu através do artesanato e da culinária, cujo exercício foi essencial para que elas alcançassem novamente o equilíbrio em meio a um momento “turbulento” de suas vidas.

Assim, o artesanato passa de uma simples distração a um “vício” bom, algo poderoso para a recuperação emocional, algo que elas não conseguem abandonar, um trabalho que se torna prazeroso, como colocado por essa associada: “[...] aí, você vai rodando assim até que chega um ponto que você faz uma coisa que você gosta, que fica bonito, fica bom, e a gente encontra ali naquilo, gosta de fazer, eu você pudesse ficava bordando o dia inteirinho [...]” (B5).

O aperfeiçoamento vem aos poucos, as conquistas também. Mas é nesse “dom” desenvolvido que é possível encontrar histórias verdadeiras e emocionantes. É claro, também, que há aqueles casos em que o surgimento do artesanato ou da culinária na vida dessas mulheres se confunde com a história de sua infância, de seus antepassados. É a produção de saberes diferenciados em torno do artesanato, reforçando a identidade dessas mulheres (FECHINE, 2005). É o reforço do processo de socialização primária (BERGER; LUCKMANN, 1966) na vida dessas artesãs. É o resgate despercebido das experiências vividas durante a sua infância.

[...] O artesanato eu trabalho desde criança, minha mãe era costureira e bordadeira, e eu era filha única, então eu aprendi com ela a maior parte das coisas que hoje eu sei. Então, eu tomei gosto pelas coisas de bordar, bordava roupas de boneca, e por aí eu fui acostumando, e fui tomando gosto. Mais tarde já moçinha comecei a bordar as roupas que ela costurava pra fora pras freguesas [...]. Então, eu fui tomando gosto por isso e acostumei, e venho arrastando a vida toda [...] (B2).

É através desse resgate, de pessoas e momentos, que essas mulheres relembram os aprendizados e despertam, em situações difíceis de suas vidas, a experiência vivenciada no passado. Em momentos, por exemplo, em que se viram sem emprego ou quando a falta da renda própria pesou em suas vidas. Contudo, além da renda, a participação das mulheres em associações ou cooperativas propicia mudanças significativas (BUNCHAFT; GONDIM, 2004), como a abertura para diálogo com a família, o aumento da autoestima e a descoberta de que “ser mulher” não é apenas ser dona de casa.

É engraçado, eu aprendi assim: eu tava em casa já parada, tentando arranjar emprego porque em São Paulo pra eu sobreviver já não dava mais só com meu salário de aposentadoria [...]. Aí, que eu fiz? Eu, Deus coloca as coisas na vida da gente na hora certa. Aí, eu tava assistindo televisão, assistindo o programa da Ana Maria Braga, eu vi um negócio que me interessou. Aí, coincidentemente eu sai pra ir numa loja de artesanato e quando eu cheguei lá, a moça que eu vi na televisão, tava ensinando na loja. E aí, eu comecei a aprender, daí veio, quer dizer eu fui mudando muito meu trabalho [...] (B9).

Nesse começo de descobertas e aprimoramento pelo qual algumas associadas passaram, foi necessário, primeiramente, que elas despertassem um conhecimento que se encontrava “adormecido”. E esse despertar, na maioria, das vezes, aconteceu a partir de um momento delicado na vida dessas mulheres.

Essa capacidade do indivíduo de buscar na criatividade e no inesperado uma resposta para os seus problemas demonstra que o caminho para mudar a sua maneira de viver e ver a vida pode estar em meios alternativos para a superação de dificuldades e para o desenvolvimento de capacidades desconhecidas.

4.2.2 As mudanças advindas após descoberta do artesanato e da inserção nas associações

Seja através de um contato amigo ou de uma conhecida, ou por si mesmas, a inserção dessas associadas em suas associações trouxe alguns benefícios para a vida de algumas das entrevistadas, como produção de renda, reconhecimento, satisfação, elevação da autoestima e principalmente, momentos de reflexão sobre as suas atitudes e os seus comportamentos anteriores à associação. Por esse depoimento, é possível observar que a maneira como a associada se comportava, diante de uma determinada situação, é modificada após a sua participação na feira. Essa alteração vai além da comportamental, afetando até o círculo de amizades. É a socialização secundária (BERGER; LUCKMANN, 1966) presente na vida do indivíduo a partir do momento que ele é introduzido em novos setores de sua sociedade, nesse caso, na associação, mais especificamente, na feira de artesanato.

[...] Eu era uma pessoa mais fechada, tímida, se alguém chegasse perto: 'quanto custou isso?' Eu ficava vermelhinha, gaguejava pra dar preço. Eu fiquei mais comunicativa, até o círculo de amizades aumenta [...] (B14).

A capacidade de interação é um dos aspectos melhorados a partir do ingresso em associações (FECHINE, 2005), assim como a luta pelos bens comuns e o respeito aos saberes de cada uma. Algumas entrevistadas aprenderam a respeitar os outros membros da associação para alcançar os seus objetivos comuns, o que, de acordo com Fechine (2005), reforça suas identidades como produtoras de artesanato, mas isso não acontece com todas.

É eu tive que aprender, não dentro da Associação, mas como pessoa sim. Eu sempre fui muito radical, entendeu? E aí acabou que depois que eu comecei a trabalhar eu tive que ser mais maleável, ver que cada pessoa tem um limite, cada

pessoa tem uma extensão pra crescer, outros pra copiar [...] (B9).

Algumas vezes, essa busca pela participação nas associações se deu a partir de situações difíceis como a perda de um ente querido ou problemas de saúde, como a depressão. Sobre esse aspecto Bunchaft e Gondim (2004) constataram que algumas das principais mudanças na identidade de mulheres, após a sua inserção em uma cooperativa de costureiras, relacionam-se à disposição e sentido na vida (término da depressão) e otimismo em relação ao futuro. Essas mulheres buscaram em algo com que sentiam prazer em fazer ou de que já tinham algum conhecimento, a superação de seus problemas. O artesanato e a culinária entram para completar um vazio, uma solidão e até mesmo superar uma dor, como nos depoimentos de muitas associadas que não viam sentido em suas vidas, citando o vazio e a monotonia como aspectos constantes em seu dia a dia.

Mudou muito. Quando a minha mãe foi morar comigo, eu tinha perdido o pai, irmã de repente, e minha mãe já era doente [...], eu ficava em casa o dia inteiro, por conta dela [...]. Ela faleceu, o que aconteceu? A minha vida começou a ficar monótona. Porque era só aquela vida: lavar, passar, cozinhar, cuidar do marido, dos filhos. Então, eu comecei a querer entrar em depressão [...], foi aonde eu entrei mais de cabeça no artesanato pra ter uma ocupação. E essa ocupação me melhorou muito, porque o que aconteceu? Eu não cheguei a ter depressão [...]. Então, eu acho que me faz muito bem. Não fico nervosa, às vezes, as coisas até me aborrecem, passa até despercebido [...] (A3).

A participação da entrevistada no empreendimento associativo, de acordo com o relato, ultrapassa o sentido material, corroborando com Oliveira (2008). Para ela, o trabalho para a sua inclusão social e o aumento da autoestima, não só com essa entrevistada, mas outras também relatam situações similares: a vida que levavam antes, exclusivamente doméstica, dedicada aos cuidados com a

casa e com os filhos foi completada com atividades na esfera pública. É nesse mundo público que ocorrem as mudanças, as transformações e a revolução dos comportamentos, o que raramente acontece no mundo privado (dentro de casa) (DAMATTA, 1991).

Ah, eu acho que mudou tudo. Porque antes eu ficava em casa, cuidando dos filhos, de casa e a pessoa quando tem muito tempo pra ficar pensando, só pensa em porcaria. Então, eu virei outra pessoa, parece que eu desabafo, porque aí você passa a conversar com outras pessoas, sabe, se distrai, se você fica em casa, olhando filho e limpando casa [...]. Então, eu acho que pra mim, mudou muito a minha vida [...] (A5).

Pode-se analisar, quando a entrevistada fala que “virou outra pessoa” após o ingresso na associação, que o trabalho fora de casa e a participação em um empreendimento de caráter coletivo são elementos que podem transformar a identidade da pessoa. Ou seja, a maneira como ela se vê perante os outros e como os outros a veem, fica diferente. De acordo com Bunchaft e Gondim (2004), essas diferenças envolvem o aumento de sua autoestima, a descoberta de que “ser mulher” não é apenas ser dona-de-casa é a disposição e sentido na vida, entre outras coisas.

Há também aqueles poucos casos em que a iniciativa de se associar partiu de um simples deslumbramento por parte da associada em relação à feira. Nesses casos, as associadas procuraram a associação não por questões que envolvem a inclusão social e a produção de renda, mas pela busca de um reconhecimento e simplesmente por achar bonita aquela exposição e a interação do grupo, como essa entrevistada: “porque eu achava bonito, né, todo mundo lá na praça, todo mundo igualzinho, bonitinho e assim... chegar lá e montar as barracas, tudo, o pessoal falando que acha o nosso trabalho bonito, né [...]” (B4).

Essa transição do mundo privado para o mundo público é algo essencial para a mudança e transformação do indivíduo, porém em alguns casos, a participação nas associações não acrescentou ou alterou a identidade de suas associadas, mas sim, no sentido de um maior conhecimento do seu trabalho pela comunidade, como nesse depoimento.

[...] Mudou porque eu venho para as exposições coisa que eu nunca participei de nada. Antes eu vendia dentro da minha casa [...]. Hoje eu tenho muito mais contato. O pessoal me conhece muito mais. Então, me tornei muito mais conhecida [...] (A3).

Vale ressaltar que aspectos como elevação da autoestima, reconhecimento, valorização, crescimento e relacionamento profissional e pessoal e independência, são pontos que afetam diretamente a reconstrução identitária, uma vez que esse processo envolve a autorreflexão e a quebra de paradigmas e assim, a mudança como verificaram Bauer e Mesquita (2007) em seus estudos ao tentarem evidenciar que as organizações podem conduzir práticas que levem o indivíduo a uma nova interpretação de sua identidade, dando a ela novo significado.

[...] A gente cresce, né, cresce muito. Como pessoa, fica mais desinibida, mais confiante. Eu acho que a gente adquire mais confiança na gente mesmo. É bom, muito bom (B6).

[...] Eu era muito dependente da minha professora, né? Agora com a Associação, eu tenho que me virar, porque eu não posso toda hora correr atrás da professora, né? Então, isso mudou muito pra mim, porque eu tenho que me virar [...]. Sobe bem a auto-estima [...]. E eu acho que foi bom pra mim nessa parte mesmo da auto-estima (B7).

Observar a realidade e participar dela traz questões antes banalizadas que estimulam a autorreflexão do que eu era e o que eu sou, provocando assim uma mudança de atitudes e comportamentos, como observado no discurso da entrevistada B7, quando ela fala sobre a sua superação em relação à dependência com a sua professora de pintura. A confiança e a elevação da autoestima foram aspectos importantes nesse processo de transformação na vida dessa associada. Essa busca pela identidade é vista como uma metamorfose por Ciampa (2001), uma articulação de várias personagens, de igualdades e diferenças, constituindo e constituída por uma história pessoal. Importante lembrar que o ambiente onde o indivíduo está inserido pode ser tanto um fortalecedor como um desestimulador para a formação e transformação dessa identidade. Pelo depoimento abaixo, o que se observa é que o simples fato de associar-se não modifica de forma significativa a identidade dessa associada, nem sequer ocorre uma provocação em direção a uma transformação.

[...] Eu sempre fui uma pessoa ativa, né? Sempre fui de buscar aquilo que eu quero, sempre fui de ir atrás [...]. Acrescentou. Mas, mudar a minha personalidade, a minha maneira de ser, não. Eu sou uma pessoa que eu sou muito autêntica, sabe? [...]. Sou geniosa, como diz meu marido, sou brava [...] (B11).

O que se observa pela análise do depoimento é que o trabalho na associação reafirmou a identidade de B11. É como se ela tivesse buscado esse tipo de trabalho porque se identificou com ele, contudo a parte da autogestão relacionada ao associativismo não foi praticada pela entrevistada. O indivíduo deve interagir com o meio, ser ativo e atuante, caso contrário pouco ou nenhum impacto terá sobre a sua identidade. Para que haja uma mudança ou um acréscimo significativo na vida do indivíduo, a associação deve fazer também a sua parte. Sobre esse aspecto, tanto Silva e Vergara (2002) quanto Machado e

Kopittke (2002) afirmam que a organização se configura como um espaço significativo para a constituição e para a conformação das identidades dos indivíduos.

Talvez, as mudanças mais significativas observadas estão relacionadas à vitória pessoal de algumas associadas, capacidade de conciliar a sua arte e a sua culinária com os serviços de casa e até mesmo com outros trabalhos. A superação em relação a doenças, como a depressão e também a superação de sentimentos como a solidão e a inutilidade, também são aspectos facilmente observados em várias entrevistas. A sensação de ser dependente e “dona de si”, a sensação de liberdade e de se sentir útil demonstram um tipo de empoderamento de nível reduzido, individual, não chegando a espaços de maior coletividade, de exercício de cidadania (ROMANO, 2002).

Mudou, mudou demais. Mudou pra bem [...]. Porque agora eu me acho assim dona de mim. Porque de primeiro eu era muito dependente dos outros, do marido, filhos. Agora eu acho que eu posso fazer alguma coisa que é conviver com as pessoas e com o meu artesanato. Ele me distrai. Ele complementa o meu dia [...]. É um vício mesmo, menina. Isso virou vício completo em minha vida [...] (C1).

[...] Eu tenho mais ocupação. Antigamente eu ficava em casa, não tinha, não sabia nem o que fazer. Ficava na televisão o dia inteiro, né? A gente fica com uma vida sedentária. Só ficar deitada, né, vendo televisão. Isso não é bom pra uma pessoa que já tá assim, digo assim, na terceira idade. Tem de ter alguma coisa e o artesanato pra mim foi uma terapia. Porque mesmo eu estando sentada a minha mente tá ali, né, funcionando, fazendo os meus trabalhos. Pra mim foi bom [...] (C3).

A transformação de uma identidade não é um processo simples. É algo gradual e que deve ser estimulado. Não basta o indivíduo participar de uma organização ou de um meio, é preciso muito mais do que isso. Simplesmente

fazer parte não acrescenta nada de novo na vida das pessoas, pois para que haja uma reconstrução identitária é preciso que ocorra a troca entre os dois lados. O meio precisa fornecer oportunidades e a pessoa precisa demonstrar atitudes, caso contrário de que adianta fazer parte de uma associação de bairro se ela não oferece oportunidade para participar e expressar o que se pensa, e se por outro lado não há interesse algum no que ela tem a oferecer? Daí, a importância dessa troca nesse processo, pois sem ela nada é assimilado e apreendido, não há evolução ou aprimoramento, simplesmente não há mudanças ou transformação. As associações precisam trazer essas discussões para o seu âmbito, incentivar a participação política, o envolvimento com os assuntos de sua gestão. Caso contrário, os ganhos são individualizados e as perdas coletivizadas, o que prejudica o alcance de objetivos mais amplos.

4.2.3 Conquistas que vão além da independência financeira

Quando nos referimos ao artesanato ou à culinária, dificilmente podemos generalizar que os associados só vivem deles. No caso do artesanato, poucos são os casos em que ele é a renda principal de uma família. O que se observa é que o artesanato surge mais como uma renda complementar e até mesmo como suporte para dar continuidade a esse saber, como no caso dessa associada que faz artesanato não pelo fato dele proporcionar alguma renda, mas pelo simples fato de ser algo prazeroso: “[...] Eu acho que é mais um passatempo pra mim, eu gosto assim, renda bem não dá não [...]. Não tem muita renda não é só mesmo porque eu gosto do artesanato [...]” (C1).

Algumas associadas se dedicam ao artesanato não pela renda, mas pela satisfação e pelos benefícios que ele proporciona. Utilizam o que ganham por meio da venda dos seus produtos para simplesmente dar continuidade à realização de sua arte. Com relação à culinária, ressalta-se que ela é, para

algumas, a base financeira da família e para outras apenas uma renda complementar. Enquanto que para algumas associadas o artesanato e a culinária representam uma ajuda a mais para as suas famílias, para outras representa a criação e formação de seus filhos, como colocado por essa entrevistada que diz a culinária é seu “ganha pão”, o seu meio de vida e sustento. Nesse caso específico o processo de empoderamento segundo Cruz e Silva (2002), passou pelo acesso à possibilidade de a associada criar uma atividade geradora de receitas, com reflexos em sua família.

A culinária é o meu ganha pão, né, meu meio de vida. Então, pra mim representa tudo, significa tudo na minha vida [...]. A renda minha principal é a feira. Foi através de lá que o V. H. (filho) formou, a D. (filha), sabe, tudo o que eu consegui até hoje, foi através da feira [...] (B8).

Outro aspecto a ser considerado é que muitas das entrevistadas se casaram novas e tiveram de se dedicar aos trabalhos domésticos e aos cuidados com a família. Algumas até desistiram de trabalhar fora para viverem no mundo privado. Essa submissão marcada pela autoridade do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar, segundo Castells (2008), é característica em quase todas as sociedades contemporâneas e é facilmente observada na entrevista da associada A2 que abriu mão de sua carreira e independência financeira para cuidar da casa, dos filhos e do marido.

[...] Assim que eu casei eu dava aula em escola, dava aula pra pré, pré-escolar, aí tive que parar, porque aí veio meu menino, aí meu marido falou assim: ‘agora você vai ficar em casa’, sabe? [...]. Não sou aposentada, mas contribuo com o INSS pra mim poder aposentar, tá? Eu pago como artesã (A2).

Na tentativa de resgatarem alguns conceitos dissipados como valorização, reconhecimento e independência, essas mulheres encontram no artesanato uma oportunidade de melhorar o seu mundo, como é observado no discurso da associada B11. O seu artesanato, além de proporcionar estabilidade e independência financeira, também proporciona satisfação pessoal. É a ele que ela recorre quando necessita de ajuda. Neste caso, a associada pôde ajudar uma filha que passou por problemas de saúde. O artesanato nesse caso é à base de sua família.

[...] Ele me proporciona uma estabilidade financeira. Porque eu não dependo do meu marido financeiramente [...]. Eu compro as minhas coisas com o dinheiro do artesanato, sabe? Compro, ajudo. Eu tive uma filha que tava com problema de saúde, eu precisei ajudar. Eu tive condição de ajudar. Tudo com o meu dinheiro, com o dinheiro do artesanato, sabe? Então, ele me proporciona tudo de bom. Porque, além de me dar satisfação pessoal, me proporciona também satisfação financeira (B11).

Fazer parte de uma organização, obter certa independência, se especializar e buscar conhecimentos coloca as mulheres em um lugar onde ela alcança certo poder diante da sociedade e até mesmo da família. Não que seja o poder em seu sentido real, mas o poder de cuidar do que é seu, do que criaram, de negociar e de trocar experiências. O simples poder de conviver além de seu mundo privado e das regras que ele dita. Afinal, o empoderamento feminino realmente acontece quando ocorre uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas oposições de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade (DEERE; LÉON, 2002). Aspectos esses, raramente observados na vida dessas mulheres. Algumas conquistaram sim certa independência, porém muitas continuaram submissas aos maridos ou até mesmo a uma organização pouco autogestionária.

Esses pequenos poderes conquistados fazem a diferença na vida de um indivíduo, pois é através deles que é possível alcançar outras formas de empoderamento, que vão além da independência financeira em que a luta para que a mulher se transforme em sujeito histórico implica, em primeiro lugar na valorização de uma consciência de cidadã e numa luta permanente para fazer valer os seus direitos, como destaca Cruz e Silva (2002) em seu estudo. Já pelos estudos de Fechine (2005) é possível observar que o empoderamento eleva as possibilidades do exercício do poder de mulheres e a participação como sujeitos ativos da sociedade, permitindo-as alterar o curso dos acontecimentos em seu próprio benefício. Enfim, conquistar a independência financeira, por meio do reconhecimento do seu trabalho é uma conquista significativa para as associadas, mas a sua valorização como ser capaz de produzir e obter satisfação pessoal no que faz e assim elevar a sua autoestima e aprimorar o seu conhecimento através das experiências vividas, conquistas que vão além da independência financeira, que são tão importantes quanto.

4.2.4 Aspectos dos trabalhos artesanais na vida das associadas

Geralmente quando falamos em associação o que nos vem à mente são palavras como união, solidariedade, companheirismo, parceria, entre outras que nos remetem a uma realidade em que as pessoas se ajudam, se apóiam e lutam pelos ideais de um grupo. Associar-se, denota unir-se a alguém ou a alguma coisa, é sentir-se realizado por fazer parte de um grupo, de um ideal. É nesse contexto que os empreendimentos solidários deveriam se enquadrar, nas formas autogestionárias de gestão, sendo uma organização social que não aliena, pois não submete que repousa no princípio de igualdade absoluta de todos os membros, pois não dicotomiza; no princípio da liberdade total de cada indivíduo, pois não reprime e, sobretudo, uma organização que, sendo percebida

por todos como necessária a cada um, não seja imposta de fora por quem quer que seja [...] (FARIA, 1985).

O que observamos a partir das análises dos depoimentos é que uma parcela considerável das associadas entrevistadas, vê nesse conceito de associação uma oportunidade para se dedicarem realmente ao que gostam e que lhes dá prazer, ao mesmo tempo em que possuem autonomia sobre o seu trabalho e liberdade para se expressarem dentro da associação da qual fazem parte. Há uma relação positiva entre as características que o trabalho artesão exige e a satisfação por desempenhá-lo dentro de casa, sem horário fixo, conciliando-o cuidados com a casa, tornando-se uma característica positiva deste tipo de saber.

[...] Só trabalhei fora um ano, quando eu morava em São Paulo eu trabalhei num maternal, como berçarista. Fora disto eu só trabalho em casa, e cuido da casa e dos meus filhos né? Porque o artesanato nos dá essa oportunidade de trabalhar em casa, de tá quietinha, de fazer o próprio horário, né [...]. É assim que a gente trabalha e isso é bom porque nos dá essa oportunidade né, de a gente tá em casa, de tá fazendo tudo dentro de casa e ao mesmo tempo fazendo artesanato, que é um trabalho que dá muito prazer e um dinheirinho também, né (B6).

Muitas mulheres veem na associação da qual fazem parte uma chance para mudar a sua vida, a sua identidade, o seu cotidiano e o seu convívio com a família. A esse respeito, Toledo e Bulgacov (2004) consideram que a dinâmica identitária é influenciada pelo processo de socialização. E esse processo de transmissão de valores e crenças, pelo qual os indivíduos passam nas organizações, pode ser tão intenso que os mesmos reproduzem aquilo que foi interiorizado nas esferas de sua vida particular. Nesse caso, os princípios de cooperação, solidariedade e companheirismo são incorporados pelas associadas dentro de suas associações e citados em seus discursos, quando questionadas

sobre como elas veem a associação da qual fazem parte. Algumas a comparam com sua família, um lugar onde se sentem amparadas, um referencial que as orienta. No discurso da associada B3, ela diz que a Associação é como a “casa da gente”, ou seja, um lugar onde ela se sente a vontade e protegida.

[...] A mesma coisa que a casa da mãe da gente (a Associação). Ponto de referência, né? Acho que a mesma coisa. Se não tivesse aquela Associação ali, tava cada um fazendo o que queria, uma bagunça danada que ia ser, você num acha? Tem que ser. Tem que ser tudo organizado. Se não tiver organização não tem não, ninguém vai pra frente não [...] (B3).

É interessante ressaltar também o fato de algumas associadas destacarem a importância da Associação, resgatando aspectos organizacionais como ordem, controle e coordenação. Aqui, a Associação é vista mais pelo lado prático, de orientação e organização, não sendo uma referência tão forte, como citada no depoimento da entrevistada B3.

A Associação é ótima está funcionando muito bem, é um apoio muito grande que a gente tem, se não fosse a Associação eu não sei com a gente ia sobreviver com a feira, né? Sem uma ordem, sem um controle, sem líder, tem que ter [...] (B6).

As características de trabalho que uma associação de artesanato apresenta, estimula as mulheres a se envolverem com esse saber, principalmente quando se refere às donas-de-casa, que tem como exigência os cuidados com a casa e com a família, reforçando estereótipos. A flexibilidade de horário e o comprometimento que depende unicamente da pessoa, são aspectos que as estimulam a buscar na arte uma forma de expressar o seu conhecimento, uma maneira de completar o seu dia e satisfazer as suas necessidades, como

companhia, valorização e renda, mas não com o empoderamento em um nível mais amplo.

4.2.5 A conciliação entre o mundo privado e o mundo público

O fato de participar de uma organização e incorporar em sua vida significa ter um “jogo de cintura” para conciliar a dedicação ao saber e os cuidados com a casa e a família, no caso das associações de artesanato ou culinária, conciliar a dedicação, quase diária, à arte ou à cozinha com os afazeres domésticos. Muitas mulheres se desdobram em várias, a artesã, a esposa e mãe dedicada. A dona-de-casa exemplar e ainda aquela que trabalha fora, onde a dupla ou tripla jornada de trabalho faz parte constante em suas vidas.

Na vida da associada B11, a tripla jornada de trabalho é incontestável, quando a conciliação se dá entre os cuidados com a casa, o seu artesanato e o auxílio ao marido no escritório. Para ela não há final de semana sem trabalho.

Nossa, olha, não é brincadeira não. Eu cuido da minha casa, eu não tenho empregada. Às vezes, eu arrumo uma faxineira que vem uma vez por semana, de quinze em quinze dias dá uma geral pra mim. Mas, eu cuido da minha casa, faço tudo. Eu costuro sozinha, como você viu e eu ainda ajudo o meu marido no escritório [...]. Tem domingo, sábado de noite eu vou pro escritório [...] (B11).

Algumas vezes, a pouca valorização por parte do companheiro em relação aos serviços com a casa e a conseqüente sensação de inutilidade, vivida pelas associadas, fazem com que elas descubram no artesanato ou na culinária um companheiro fiel, principalmente quando a solidão se faz presente. No caso da entrevistada A3, a mulher se dedica primeiramente ao marido e às necessidades dele, mas, quando ele sai de viagem ela coloca as obrigações de casa em segundo plano, encontrando no artesanato uma fuga do mundo privado.

A atividade laboral é um item secundário na vida da entrevistada e só é exercida quando não atrapalha as demais atribuições tradicionais relativas às mulheres. Mais uma vez é observado o aspecto do patriarcalismo (BOFF; MURARO, 2002) em relação à submissão das mulheres aos homens e às tarefas relacionadas ao mundo privado.

Para Bourdieu (1999), o mundo social produz uma realidade sexuada, dividida entre os dois sexos, entre o feminino e o masculino, o dominador e a dominada, a razão e o coração. E essa divisão cria uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social.

[...] A minha vida é muito corrida. Meu marido por ser motorista de caminhão, tudo que, é as coisas dele, serviço de banco, recebimento, pagamento, tudo é por minha conta [...]. Então, eu fico mais só por conta dele. Justamente porque ele me incentiva, não me proíbe de nada [...] Quando ele viaja, aí, eu corro com meu serviço de casa, faço o que tem de fazer e entro no meu artesanato [...] (A3).

É interessante ressaltar o grande interesse pelo artesanato frente aos cuidados com a casa. Muitas fazem o serviço de casa de forma com que sobre mais tempo para os seus trabalhos manuais. Porém, poucas são as mulheres que se dedicam ao artesanato de maneira irregular, incerta, quando sobra tempo ou quando tudo foi feito antes, ou até mesmo somente como um *hobbie*, uma distração.

[...] Eu faço o meu serviço corrido pra sobrar um tempinho pra fazer o meu artesanato, né, que é a coisa que eu mais gosto de fazer. Às vezes, eu até deixo de fazer as coisas de casa pra fazer artesanato [...] (B4).

Contudo, a administração do tempo se torna algo essencial na vida dessas mulheres, quando o assunto é conciliar o artesanato ou a culinária com os afazeres domésticos. Muitas se desdobram em várias mulheres, acordam cedo, cuidam dos filhos, da casa e se dedicam de corpo e alma à arte ou à culinária. O trabalho fora de casa e remunerado ainda é um fim difícil de ser alcançado. Não pode substituir de forma alguma as atividades domésticas e, dessa forma, acaba sendo uma sobrecarga ao invés de libertação, como pode-se observar no discurso da associada B14.

[...] Acordo cedíssimo. 4:30h da manhã eu já tô de pé, independente de ter coisas de culinária para fazer ou não, eu acostumei. Acordo muito cedo, tenho uma menina em idade escolar, estuda na parte da manhã. Então, o dia começa naquela agitação, chama filho, arruma uniforme, café da manhã, aí eu vou, olho na minha agenda o que tem pra fazer, minhas encomendas e faço. É correria (B14).

Esse relato demonstra uma dialética entre prazer e sofrimento que permeia a vida de B14. Para manter uma ocupação e uma forma de obter renda própria, sem precisar depender da ajuda do marido e dos filhos, ela se sobrecarrega, assume mais atribuições. O sentimento de ser útil também no mundo público está presente nas falas dessas mulheres, mas pode ser analisado como mais um elemento a ser incorporado em suas identidades. Neste sentido, não são superados aspectos patriarcais e de subordinação. As mulheres conquistam espaços que antes só faziam parte do mundo masculino, porém de forma incompleta, sobreposta. Não é assim que ganharão mais autonomia e consciência do seu papel dentro da sociedade.

4.2.6 A família das associadas

Quando se inicia um novo empreendimento, com o apoio e o incentivo do companheiro e da família as coisas fluem melhor. Se der certo, a pessoa tem com quem comemorar e, se por acaso as coisas não saírem da forma como se esperava, ela tem em quem se apoiar. Por isso o apoio emocional é tão importante para a sequência ou não aos planos e sonhos. Sem esse apoio, a tendência a conflitos, principalmente com o companheiro, é inevitável e a pressão e cobrança surgem para dificultar o convívio. Nos casos de B8 e A6, a falta de apoio é clara, em que o marido de umas das associadas se sente até humilhado diante da ascensão de sua mulher, enquanto o outro prefere ver a sua mulher dentro de casa a ter a sua independência.

Não, ele (marido) não incentivava não. Ele ficava com raiva porque eu conseguia ganhar mais do que ele ganhava no serviço dele. Então, aí ele achava que era humilhante, né? Às vezes, ele falava assim: “você tem que parar com isso! Isso aí não vai um mês, dois, isso vai acabar!”. Ele falava isso, sabe? Aí, graças a Deus continuou [...] (B8).

Pra falar a verdade? Por ele (marido), eu não mexia não [...]. Não tenho nenhum apoio [...]. Foi na garra. E até hoje. Até hoje ele não gosta não. Ele prefere que eu fique em casa, quietinha. Mas, eu não dou pra isso não. Eu gosto de ter o meu dinheiro, né, ter minha independência (A6).

Mesmo sem o apoio do companheiro nessa “empreitada artesanal”, muitas das associadas não desistiram do seu “dom” e seguiram em frente, mesmo que lentamente e contrariando a vontade dos maridos. Então surge a mulher mais protagonista, que reivindica a sua participação ativa na definição e na provisão de suas necessidades, satisfações de seus desejos e inquietações junto ao seu parceiro, filhos e à comunidade (MENEZES, 2002). Interessante

que, algumas delas até conquistaram o apoio dos maridos depois de algum tempo. Venceram praticamente pela insistência e teimosia.

[...] No começo não, porque eu tive que bater de frente, sabe? Ele (marido) já chegou até a falar: “o artesanato ou eu?”. Eu falei: “artesanato”. Então, ele hoje em dia, ele apóia [...]. No começo não foi brincadeira [...]. Por causa dos meus filhos menores, adolescentes, né, então ele achava que ia atrapalhar. Só que no fim, eu comecei a colocar os meus filhos pra me ajudar, e eles gostavam de fazer alguma coisa pra mim, né? [...] (A5).

O que se pode afirmar é que o modelo familiar ainda é baseado na autoridade, na dominação masculina e na submissão feminina (CASTELLS, 2008). A sociedade ainda se separa em dois mundos: o masculino e o feminino. E isso sugere, de um lado, onde as mulheres devem agir e, do outro, qual o papel do homem; qual deve ser a posição da mulher dentro de casa e, contrariamente, qual deve ser a do homem. Para a mulher são aconselhados os cuidados com a casa e trabalhos que exijam pouca força física e baixo comprometimento. Agora, para os homens os cargos são os mais altos e que exigem alto envolvimento e dentro de casa incorporam a imagem daquele que a mantém financeiramente.

Porém, há aqueles casos que é possível observar a troca de papéis, mas ainda há uma grande parcela de mulheres que vivem submissas tanto à sociedade quanto em quatro paredes, mesmo sem perceberem. O incentivo e o apoio de que elas tanto necessitam para superar essa divisão patriarcal, essa transposição do mundo privado para o mundo público, essa superação da submissão, elas encontraram principalmente nos filhos, como afirmado pela associada C1.

Minhas meninas apóiam. Ele (marido) assim, ele não apóia e nem desapoia. Ele é neutro. Na hora que ele sente falta de mim aí ele é a favor. Mas, no momento não. Ele acha que é uma distração pra mim, pra minha cabeça [...] (C1).

A quebra de paradigmas talvez seja umas das grandes necessidades para essas mulheres. Mostrar o quanto a sua arte ou a sua culinária é importante, desmistificar valores, mostrar que através desses empreendimentos pessoais é possível criar alternativas para problemas pessoais e sociais. Elas deveriam buscar na mobilidade, nas formas associativas e solidárias (NASCIUTTI et al., 2003), uma transformação social e uma oportunidade de terem acesso ao trabalho e conquistarem direitos básicos de cidadania. Mas isso não tem acontecido. Os ganhos tem sido parciais, como em habilidades de fluxo de caixa e controle financeiro.

4.2.7 Mulheres autogestoras?

Será possível para essas mulheres conciliar uma atividade irregular de forma a se obter um controle razoável sobre os seus custos e seus lucros? O que se observa de maneira geral, através dos depoimentos é que a maioria das associadas possui um controle, mesmo que básico, do que elas ganham e que elas gastam. Esse processo proporcionou-lhes um conhecimento pelo fato de desenvolverem uma atividade geradora de renda e assim uma consciência sobre o seu negócio. Aqui, além de a entrevistada ter um controle total sobre o seu negócio, o auxílio da filha entra como um fator importante para a administração do que entra e do que sai.

[...] Eu sempre calculo tudo que eu compro. A gente sempre tem planilha [...]. A minha filha é mais organizada nesse sentido, ela que faz pra mim [...]. E a gente faz assim um controle de custo, de preço. A gente calcula tudo [...]. Tem coisas que a gente tem de calcular por hora, tem produto que a gente tem de calcular por hora, porque, às vezes, o custo é baixo demais, mas as horas trabalhadas são muitas [...]
(B12).

Mas nem todas fazem esse tipo de controle e os motivos variam. Algumas dizem que pelo artesanato não ser valorizado e não ter como investir muito, esse controle fica difícil, pois se investirem muito o prejuízo sai maior que o lucro. Outras dizem que são distraídas demais para tal controle e outras citam que a dificuldade está na variabilidade das vendas, quando uma hora vende mais e outra hora menos. E por esses motivos o controle fica comprometido.

Artesanato é uma coisa muito assim interessante. Às vezes, a gente pensa que vai ganhar e acaba não ganhando. Por quê? Pra fazer artesanato a gente tem de pesquisar bastante, comprar coisas de boa qualidade, mas pesquisando pra não sair muito caro pra você ter o lucro [...]. Então, é até meio difícil a gente conseguir fazer um produto bom, com boa aparência e não gastar muito. É meio difícil [...] (C3).

Não, não tenho. De vez em quando eu, por exemplo, quando eu começo a vender o tricô, que eu vendo mais e me dá assim uma margem maior de lucro eu costumo anotar. Mas, eu sei que eu sou muito lerda. Eu sei que eu deveria anotar tudo que eu compro, que eu gasto de matéria-prima e depois o lucro que isso me dá. Eu não faço esse controle. Sinceramente eu não faço. É um rolo. Vai no rolo (B6).

Mas o que observamos é que essas mulheres geralmente utilizam a renda obtida do artesanato ou da culinária para ajudarem em casa, ou até mesmo para sustentarem a casa, por isso a dificuldade, muitas das vezes, para calcular as suas saídas e as suas entradas. E, além desse aspecto, uma pequena parcela vive realmente do artesanato, onde a sua produção é constante. Muitas das associadas começaram a trabalhar com o artesanato para superar um problema pessoal, sendo que a maioria não vive só dele. Ainda assim, mesmo que o controle seja básico ou inexistente, a noção que elas têm em relação ao que ganham e o que gastam proporciona uma capacidade para se organizarem de tal maneira a obter uma renda, o que ainda não pode ser chamado de empoderamento (AMÂNCIO, 2006).

4.2.8 A participação política das associadas na associação

Participar de uma organização não significa simplesmente fazer parte dela, é necessário uma condição ativa do indivíduo e um posicionamento organizacional que favoreça essa interação. Afinal, tanto o crescimento institucional quanto o crescimento pessoal dependem dessa troca que envolve o dar e receber, o aprender e ensinar. As organizações, como colocam Machado e Kopittke (2002) e Silva e Vergara (2002) são espaços para a constituição e conformação das identidades dos indivíduos. É a identidade da organização influenciando a identidade do indivíduo (TOLEDO; BULGACOV, 2004).

Eu sou aquele tipo de pessoa, eu participo das reuniões, sou a segunda tesoureira, o que não está do meu agrado eu falo [...]. No meu caso, eu sempre estou participando. Eu nunca perdi uma reunião. Se eu perco, logo eu já ligo pra saber o que foi resolvido, o que tá pra acontecer, então é isso (A2).

Essa participação nas associações nem sempre é ativa, como colocado pela associada A2. O que se observa pelos depoimentos é que a participação interna nas associações estudadas é bem dividida, entre aquelas associadas que participam e aquelas ausentes, principalmente em relação à Viver com Arte. As associações, em alguns casos, não estimulam espaços democráticos de participação, como é percebido no discurso da entrevistada C2. Ela fala como se sente pouco à vontade para dizer o que pensa, em um espaço que deveria promover a liberdade de expressão e a participação de seus membros, por meio da autogestão (FARIA, 1985).

Eu não dou muito palpite porque se a gente for dar palpite tem coisa que a gente tem de ouvir e ficar quieto. Se não ficar quieto dá confusão se você falar. Mas, a vontade é de falar muita coisa [...]. A gente não pode falar porque aí te taxam de enjoada, de intrometida [...] (C2).

É importante, nesse sentido, que as associações conheçam as necessidades de suas associadas, de sua comunidade e, assim, estimular o relacionamento entre essas três esferas, que são: a associação, as associadas e a comunidade na qual estão inseridas. Outras esferas devem estar presentes nessa tríade. Os órgãos públicos e de apoio, os incentivadores e coordenadores também são essenciais para o fortalecimento de uma associação. A participação e o apoio de atores externos, como as organizações de Estado e as organizações da sociedade civil, no sentido de diminuir o quadro de desigualdades torna-se essencial. Sobre isso, Vieira et al. (2007) destacam que esse investimento deve ocorrer em várias dimensões, por meio de redes e parcerias, que possibilitem maior atenção e contemplação das diversas áreas das quais essas pessoas possam estar excluídas, a fim de que esse apoio possibilite futuramente melhorar suas condições de vida, ganhar autonomia sem precisarem recorrer ao governo de modo passivo e dependente.

Esse ano eu tô na tesouraria. Mas, eu fiquei 10 anos na fiscalização. Direto. [...] É muito difícil de eu perder reunião da feira, tanto assembléia geral quanto das outras reuniões lá, mas a gente tá por dentro de todo jeito (B5).

A falta de apoio e políticas públicas inclusivas e de discussão sobre participação política e emancipação no âmbito das associações se reflete nas participações pontuais das mulheres na autogestão. Os cargos de direção nas associações têm sido centralizados na figura de poucas ou de uma só, como afirma a entrevistada B5. Nesse sentido, os empreendimentos solidários têm a proposta de se mostrar como iniciativas animadas e destinadas às mulheres (OLIVEIRA, 2008), em que se percebe uma participação significativa em números, tanto na forma associada como em cargos de direção, porém isso não acontece automaticamente. É preciso resgatar os princípios que fundamentam esses empreendimentos e trabalhar esses princípios entre os seus associados. A

participação na autogestão é um elemento importante para a emancipação. Fato este confirmado nesse depoimento que mostra a ascensão de uma associada dentro de sua associação.

[...] Aí, eu cheguei aqui e descobri o artesanato. E aí, eu comecei a trabalhar dentro da Associação, e de lá eu fui cada dia mais entrando na Associação e hoje sou vice-presidente (B9).

Porém, quando se fala em participação em reuniões e assembléias, as justificativas das ausências são muitas. Envolvem principalmente o excesso de trabalho, mas não só isso. Algumas citam o horário que as reuniões acontecem e poucas das entrevistadas simplesmente possuem um baixo envolvimento, por desinteresse próprio.

Olha, eu até tô assim um pouco em falta. Por causa de tá trabalhando muito assim. Mas, assim, a gente vai pra feira, né, leva material pra aquele espaço da rodoviária [...]. Eu não tô tendo tempo de fazer nada. Tô até um pouco afastada do grupo no momento. Mas, é mais isso mesmo. A gente sempre tá participando das reuniões, dos movimentos que geralmente a M. (Presidente C) arruma aí pro grupo, né? [...]. Sempre que posso eu participo das reuniões, eu falo muito [...]. Eu dou bastante opinião (C5).

A participação interna nas associações é tão importante quanto à participação nas feiras e exposições promovidas por elas. A associada deve ter em mente que é através da participação em reuniões e assembléias que ela obtém conhecimento dos seus direitos enquanto associada. É nesse processo gradual de empoderamento que elas irão adquirir consciência do seu papel dentro de uma organização, fazendo assim valer os seus direitos.

4.2.9 Por fim o reconhecimento ou a caminho de um fim?

O reconhecimento conquistado pelo seu trabalho aflora sentimentos nessas mulheres que as faz acreditar em seu potencial. Uma palavra, um gesto, uma atitude de alguém que demonstre reconhecimento estimula o indivíduo a valorizar e a desempenhar o seu trabalho com gosto, com satisfação. É nesse reconhecimento da sociedade, do companheiro e da família que o trabalho se torna prazeroso, em algo especial e estimulante.

[...] É gratificante porque você tá vendo ali o fruto do seu trabalho, você tá colhendo aquilo ali que você plantou, entendeu? Então, pra mim é minha vida melhorou muito depois da feira, depois da Associação. Então, assim, eu tenho contato, nossa, com muita gente, tanto assim, época de festa que tem aquela turma grande de fora, sabe? Eles vão e chega e tira foto, você precisa de ver [...] (B8).

O discurso da associada B8 passa de forma intensa o quanto o reconhecimento de seu trabalho a faz bem. A forma como o outro vê o seu trabalho e a vê, alternando assim comportamentos e atitudes, está presente nessa passagem (PAHL, 1997). Essa percepção do outro altera a maneira como a associada se vê afetando, desta forma, a maneira como ela vê o seu artesanato. Apesar de poucas acreditarem nessa valorização, principalmente do artesanato, há aquelas que veem seu trabalho sendo reconhecido, mesmo quando as pessoas ao seu redor tentam provar o contrário, como no discurso da entrevistada C4. Mas um aspecto que talvez pese na questão do reconhecimento é a cultura local, quando essa é pouco voltada para o artesanato e as pessoas da própria comunidade não valorizam os trabalhos manuais. A valorização vem dos turistas e das pessoas de fora, como foi observado na maioria dos discursos de todas as três associações.

Tem uns que falam comigo assim: “ai, R., o povo daqui não dá valor nas coisas que você faz”. Mas, eu acho que dá sim. Porque senão, eu não tava trabalhando, entendeu? A pessoa fala comigo assim: “o povo aqui não dá valor”. Não. É o que eu tô te explicando. Eu não paro de trabalhar. Então, eu acho assim que dá valor no que eu tô fazendo sim, entendeu? [...]. Eu tenho encomendas [...]. Eu acho assim, que tem valor sim [...] (C4).

Pelo pessoal daqui não. O pessoal de fora que vem elogiar os nossos trabalhos, acham muito bem feito, mas o pessoal dentro da cidade não dá o mínimo que for. Tudo pra eles é caro. Em tal lugar é mais barato, não dão o mínimo valor pro artesanato (A3).

Certamente, vários aspectos devem ser considerados, como a participação política, o incentivo, a divulgação e principalmente a estruturação da associação. A valorização também vem de aspectos como a qualidade do produto, o *design* e outras características inerentes a ele. Por isso, a busca por treinamento e conseqüentemente aperfeiçoamento deve ser constante na vida dessas mulheres. E é aí que entra o incentivo por meio de cursos, palestras e participação em eventos. Os órgãos municipais, como a Prefeitura, deveriam dar suporte para a divulgação do artesanato local, visando assim o seu reconhecimento e sua valorização por parte da comunidade. Afinal, a participação desses indivíduos em organizações como associações e cooperativas, promove mudanças significativas em suas vidas, alterando suas relações com a situação vigente de exclusão (VIEIRA et al., 2007).

Contudo, o reconhecimento do artesanato só será significativo quando houver uma mobilização da Associação com o poder local e dos seus próprios associados, a fim de evitar seu enfraquecimento e conseqüentemente o fim de uma cultura, restando apenas lembranças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a transformação identitária dessas mulheres foi o objetivo principal deste trabalho, juntamente com a questão do empoderamento. Por meio dos resultados obtidos o que se pode observar é que algumas associadas absorvem o que vem de fora e posteriormente transforma o seu mundo particular e íntimo em algo novo, antes não vivenciado, adquirindo, assim, pequenos poderes, principalmente dentro de casa, na questão de ser ouvida a sua opinião e percebidas as suas atitudes. Porém, esse empoderamento foi mínimo e individualizado, não havendo mudanças significativas na estrutura patriarcal dos relacionamentos na maioria dos casos, o que se reflete nos termos: “ajuda”; “4:40 da manhã para trabalhar”; “fazer o trabalho doméstico primeiro para depois cuidar do artesanato”, entre outros colocados por algumas entrevistadas.

Entretanto, o fato de se associar, de trocar experiências, de aprender e poder ensinar, de conquistar a sua independência financeira e até mesmo pessoal, as remete a outra realidade. Antes, muitas dessas mulheres se sentiam inúteis, desvalorizadas, sozinhas e após a sua inserção em uma organização passaram a ver a vida sob outra perspectiva. Essa mais interessante, sensível, mais delicada. São muitas vidas com uma esperança em comum, a de resgatar seus costumes, sua história e seu valor como mulher capaz de transformar o seu mundo.

O artesanato para elas representa esse resgate como também uma fuga, terapia, um complemento a mais para as suas vidas, simplesmente um mundo particular. Contudo, por outro lado há aquelas que se deparam com uma associação pouco representativa e inexpressiva, que desperta sentimentos como a descrença e a desconfiança, representando por si só a desunião, a falta de um ideal e o comprometimento com o crescimento do indivíduo e de si mesma.

Essa mudança identitária é um processo de autorreflexão que depende mais da própria pessoa e que acontece principalmente de dentro para fora. A inserção em uma organização e seu impacto sobre a identidade das associadas acontece se a pessoa realmente interagir, refletir, dar e receber conhecimentos. O processo de associar-se deveria fornecer mecanismos para isso, mas infelizmente são poucas as pessoas que buscam conhecê-los, adquiri-los e transformá-los em algo pessoal. A reconstrução de uma identidade depende disso. Não basta uma pessoa fazer parte de uma organização e não retribuir. É essa troca que faz com que múltiplas identidades se configurem. A organização precisa ser um instrumento auxiliar nessa mudança do indivíduo e também como estímulo à criação de poderes.

O empoderamento realmente ocorre quando o indivíduo passa a ter controle sobre a sua vida, quando a dependência em relação ao outro se enfraquece e quando a sua competência para criar e produzir se tornam parte de sua vida. É quando o indivíduo deixa de ser passivo para ser um ser ativo, atuante e conhecedor do seu potencial. E a partir do momento que algumas associadas mudaram a sua maneira de se ver, em relação a sua participação na sociedade e dentro de suas casas, a assimilação e a criação de poder foram possíveis. Lembrando que foram poucas as associadas que realmente se empoderaram e deram um rumo diferente às suas histórias.

Percebe-se, em relação a essa pesquisa essencialmente relacionada a essas mulheres, que algumas são guerreiras, quase super-heroínas, que lidam bem com sua dupla, tripla jornada de trabalho, cuidam, amam e lutam por seus sonhos. São mulheres que superaram perdas, ausências e a própria solidão de um mundo pouco valorizado, onde os cuidados com a casa, a roupa e comida passam despercebidos por todos, onde o zelo com os pequenos detalhes dentro de casa, que fazem a diferença no nosso dia a dia, se transforma em obrigação

para algumas mulheres que se sentem na responsabilidade quase imposta de tê-lo e para os outros por se sentirem convencidos de que elas devem exercê-lo.

Por outro lado, em relação às associações, a maioria delas sobrevive com pouco ou nenhum apoio público. Elas não possuem sede própria e o incentivo é inexistente. Faltam divulgação e valorização do artesanato regional. A luta de poucas que ainda tentam levar a sua história para frente passa muitas vezes por momentos de pessimismo e descrença. A desistência de alguns associados enfraquece princípios que se referem ao associativismo, como: união, confiança e solidariedade. Outro aspecto observado é em relação à gestão autocrática e centralizadora das associações. Não há discussão sobre os princípios do associativismo e a participação das associadas na autogestão é muito baixa. Talvez em função da origem das associações que não teve esse envolvimento desde o início.

Comprova-se, desta forma, que nas três associações pesquisadas esse apoio e incentivo, principalmente da Prefeitura é pouco ou ainda está se estruturando. Com relação à participação dos associados em suas associações, o que se observa é uma participação ativa de poucos, principalmente na Associação Viver com Arte. A desunião também foi bastante citada em alguns depoimentos das entrevistadas das três associações as quais acreditam que ainda há muito para se conquistar rumo a uma associação valorizada e reconhecida pela comunidade e por seus próprios associados.

Sem generalizar, mas ressaltando alguns aspectos considerados nessa pesquisa é que, mesmo as três associações possuindo tempo de formação diferente e até histórias diferenciadas, os problemas são bem comuns entre elas, onde participar da Economia Popular Solidária parece ser somente para os presidentes e parte da diretoria, pois, quando questionadas sobre o conhecimento que possuem sobre EPS, a maioria das associadas diz não possuir nenhum conhecimento ou simplesmente um conhecimento vago.

Enfim, para conhecer a fundo as associações, os seus presidentes e as suas associadas, seria necessário um melhor aprofundamento das questões levantadas nessa pesquisa através de um número maior de investigações. Abordar outros sujeitos de pesquisa, testar outras hipóteses e analisar a história das associações, seriam alguns dos meios para se alcançar um estudo mais consistente acerca da transformação identitária e possibilidades de empoderamento.

Traçar uma agenda de pesquisa talvez seja o primeiro passo para provocar futuras pesquisas nessa área e, como sugestões ficam algumas dicas:

- a) pesquisar como alguns membros da família veem a associada entrevistada a fim de se conhecer melhor a percepção do outro sobre ela;
- b) entrevistar pessoas ligadas indiretamente às associações, como colaboradores e parceiros, visando um aprofundamento na história das associações;
- c) pesquisar um número maior de associadas com a intenção de analisar o porquê da sua baixa participação na associação;
- d) mapear e estudar mais associações ligadas à Economia Popular Solidária;
- e) pesquisar sobre o grau de conhecimento acerca da Economia Popular Solidária das pessoas inseridas em associações;
- f) estudar o real impacto dessas associações na comunidade da qual fazem parte;
- g) pesquisar da existência ou não de apoio político a esses empreendimentos solidários.

Finalizando, as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento dessa pesquisa foram, principalmente, a disponibilidade das associadas para as entrevistas, que para algumas tiveram de ser feitas no início do ano devido ao acúmulo de atividades de final de ano; o aspecto financeiro também foi um problema, pelas várias visitas a Varginha e Barroso e outro ponto se refere ao reduzido tempo para o desenvolvimento da pesquisa, que muitas vezes prejudica os objetivos a serem alcançados. Porém, esses aspectos não impossibilitaram a execução desta pesquisa e o alcance dos objetivos traçados, que por sua vez foram bem explanados nos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P.; BUNCHAFT, A. F. **Identidade cooperativa como elemento chave da gestão:** uma possibilidade gestonária ou apenas um exercício tentativo? Disponível em: <[http://www.unircoop.org/unircoop/files/seminaires/conferences/paulo_albuquerque\(2\).pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/seminaires/conferences/paulo_albuquerque(2).pdf)>. Acesso em: 14 out. 2008.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social.** Lavras: UFLA, 1999. 125 p.
- AMÂNCIO, C. O. G. **O sabor agridoce da reforma agrária em Pernambuco:** reflectindo sobre a experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém. 2006. 142 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ASSOCIAÇÃO LAVRESENSE DOS ARTESÃOS DE ARTE CULINÁRIA. Lavras. **Ata da Reunião de Fundação da Associação Lavrense dos Artesãos de Arte Culinária.** Realizada no dia 30 de junho de 2001.
- ATLAS da economia solidária no Brasil. 2005. Brasília: MTE, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.
- BAUER, M. A. L.; MESQUITA, Z. As concepções de identidade e as relações entre indivíduos e as organizações: um olhar sobre a realidade da agricultura agroecológica. **Revista de Administração Contemporânea Eletrônica,** Curitiba, v. 1, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2007.
- BELLE, F. Executivas: quais as diferenças na diferença. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1993. p. 196-231.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1966. 247 p.
- BOFF, L.; MURARO, R. M. **Feminino e masculino:** uma nova consciência para o encontro das diferenças. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. 287 p.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema nacional de informações em economia solidária, 2005/2007**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: mar. 2008.

BRYM, R. J. et al. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 63-77, maio/ago. 2004.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O PODER da identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2, p. 170-285.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CRUZ E SILVA, T. União geral de cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In: SANTOS, B. S.(Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 102 p.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 118 p.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Portugal: Porto : [s.n.], 1997.

EID, F.; GALLO, A. R. Metodologia de incubação e desafios para o cooperativismo popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA PARA PROJETOS DE EXTENSÃO, 4., 2001, São Carlos. **Anais...**São Carlos, 2001.

ELY, R. J. The effect of organizational demographics and social Identity on relationships among professional women. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 39, p. 203-238, 1994.

ESTATUTO da Associação Comunitária Viver com Arte. Barroso, 13 nov. 2008.

ESTATUTO da Associação dos Artesãos e Artistas Populares. Varginha, 1º nov. 1986.

ESTATUTO da Associação Lavrense dos Artesãos de Arte Culinária. Lavras, 27 ago. 2004.

ESTHÉR, A. B. **A construção da identidade gerencial dos gestores da alta administração das Universidades Federais em Minas Gerais**. 2007. 276 p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FARIA, J. H. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985. 88 p.

FECHINE, I. F. A construção cultural e identitária das rendeiras da Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM): entre o amor e a sobrevivência pela renda renascença. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 5., 2005, Recife. **Anais...** Recife, 2005.

FONTES, A. M. M.; MARCONDES, L. M. A. **Plano nacional de políticas para mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE GÊNERO, COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO, 1., 2008, Brasília. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portaldocs/PAGE/MAPA/SERVICOS/COOPERATIVISMO/I_FORUM_NACIONAL/PROGRAMACAO_0.PDF>. Acesso em: mar. 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. 295 p.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

IZQUIERDO, M. J. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, M. (Org.). **Pensar las diferencias**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1994.

JONAS, E. **Gênero, mercado de trabalho e conformação profissional: um olhar sobre a mulher trabalhadora em enfermagem**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 47., 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 1995.

LAVILLE, C.; DIONE, J. A. **Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciencias humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 340 p.

LAVRAS. **Decreto-lei n. 4.068**, de 17 jul. 2002. Regulamenta a Lei n. 2.453, de 2 de dezembro de 1998, que cria a Feira de Arte e Artesanato de Lavras. Lavras, 2002.

MACHADO, H. V.; KOPITTKE, B. A identidade no contexto organizacional: perspectivas múltiplas de estudo: In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. **Anais...**Recife, 2002. 1 CD.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: STREY, M. N. **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. 2003. 242 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MENEZES, M. I. C. B. B. Mulher, poder e subjetividade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 59-85, set. 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MOTTA, F. C. P. Controle social nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 5, p. 68-87, set./out. 1993.

MOURA, P. C. **A crise do emprego: uma visão além da economia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 278 p.

MULHER. **Revista Veja**, São Paulo, v. 43, n. 2166, jun. 2010. Edição Especial.

NASCIUTTI, J. C. R. et al. Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 6, p. 91-107, 2003.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú. **Anais...Caxambu**, 2004.

O LAVRENSE. **Projeto Galpão Cidadão oferece cursos profissionalizantes para jovens e adultos.** Disponível em: <<http://lavrense.blogspot.com/2009/04/projeto-galpao-cidadao-oferece-cursos.html>>. Acesso em: ago. 2009.

OLIVEIRA, J. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 325-332, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, M. L. S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais.** 2006. 134 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento da Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências mundiais do emprego de mulheres.** Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.

OSTERNE, F. J. W.; PONTES JÚNIOR, O. S. **Plano de negócio para empreendimentos econômicos solidários de autogestão - EES Cooperativas**. Fortaleza: UFC, 2004. 65 p.

PAHL, R. **Depois do sucesso: ansiedade e identidade *fin-de-siècle***. São Paulo: UNESP, 1997.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ANTUNES, M.; ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002. p. 9-20.

SÁ, R. F. et al. A participação feminina nas cooperativas de Pernambuco: necessidade de políticas inclusivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIRCOOP, 10., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro, 2005.

SANCHES, S. **Taxa de desemprego feminina é maior que a masculina, mostra OIT**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.

SANTOS, S. V. Mulher: figura de desordem na ordem do emprego. In: CARVALHO, M. J.; ROCHA, M. **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 199-215.

SILVA, J. R. G.; VERGARA, S. C. Mudança organizacional e as múltiplas relações que afetam a reconstrução das identidades dos indivíduos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 139 p.

SOIHET, R. **Gênero e ciências humanas: história, mulheres e gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 94-114.

SUNG, J. M.; SILVA, J. C. **Ética e relações de gênero: conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 95-107.

TOLEDO, S.; BULGACOV, Y. Cultura organizacional e identidade: implicações dos ritos de passagem na identidade de jovens executivos *trainees* em uma organização multinacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...**Curitiba, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VIEIRA, G. T. et al. A utilização da idéia de “empoderamento” em políticas públicas e ações da sociedade civil. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 1, n.1, p. 135-148, 2007.

YIN, R. K. **Case study research:** design and methods. Bervely Hills: Sage, 1989.

ANEXOS

ANEXO A**1ª Parte: Questionário aos presidentes**

1. Nome da associação:
2. Presidente e/ou contato(s):
3. Possui sede própria? () SIM () NÃO
4. Endereço:
5. Telefone(s) de contato:
6. E-mail e/ou homepage:
7. Está inserida na Economia Solidária? () SIM () NÃO
8. Participa ou participou do processo de Incubação?
() SIM. Onde? _____ () NÃO
9. Data de fundação:
10. Nº total de filiados:
11. Nº de filiados homens:
12. Nº de filiados mulheres:
13. Principais finalidades da associação:
14. Periodicidade das reuniões: () Semanais () Mensais () Anuais
() Outra
15. Periodicidade das assembleias ordinárias ou extraordinárias:
() Semanais () Mensais () Anuais () Outra
16. Principais projetos desenvolvidos atualmente:
17. Possui assessorias: () SIM. Qual órgão? _____ () NÃO

ANEXO B

2ª Parte: Roteiro de entrevista dos presidentes

1. Apresentação do entrevistado (sua função dentro da associação, o tempo de associação...).
2. Conte-me a história da associação?
3. A iniciativa de formação partir de quem?
4. Quais foram os principais obstáculos enfrentados?
5. Vocês tiveram no início apoio da Prefeitura ou de algum outro órgão?
6. E ao longo do tempo?
7. Como se dá o contato dos associados? Há reuniões? Há encontros periódicos? Todos comparecem?
8. Como você vê a associação?
9. Como as outras pessoas veem a associação?
10. O trabalho de vocês é reconhecido pela comunidade ou ainda está caminhando para isso?
11. Qual é o ponto forte da associação?(a união, o trabalho, a presidência...).
12. A renda obtida pela associação é para a maioria dos(as) associados(as) uma renda principal ou uma renda complementar?
13. Como é o papel desempenhado pelas mulheres?
14. E o papel desempenhado pelos homens?
15. Como se deu a entrada das mulheres na associação?(foi antes, junto ou depois da entrada dos homens?)
16. A participação na associação mudou ou melhorou algo na vida dessas pessoas?
17. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

ANEXO C

3ª Parte: Questionário demográfico dos presidentes

Nome do presidente: _____

Nome da Associação: _____ Data da entrevista: _____

1 Sexo:

- (a) Masculino
- (b) Feminino

2 Idade: _____ anos.

3 Estado civil:

- (a) solteiro
- (b) casado/união estável
- (c) separado/divorciado
- (d) viúvo
- (e) outro _____

4 Escolaridade:

- (a) ensino médio incompleto
- (b) ensino médio completo
- (c) ensino superior incompleto
- (d) ensino superior completo
- (e) outro. Qual? _____

5 Há quanto tempo você faz parte dessa
associação (como associado)?
_____7 Qual o tipo de trabalho que você
desempenha como associado?

8 Qual o tipo de trabalho que você
desempenha como presidente?

ANEXO D

4ª Parte: Roteiro de entrevista das associadas

1. Gostaria que você se apresentasse. Quem é _____?
2. Como é o seu dia a dia?
3. Como é o seu trabalho dentro da associação?
4. Como foi a sua inserção na associação? A iniciativa partiu de quem?
5. Que tipo de artesanato você faz? Como surgiu o artesanato na sua vida?
6. Você já sabia fazer _____? Ou você teve de aprender?
7. O que você aprendeu no momento que entrou para a associação?
8. Quanto tempo você se dedica ao artesanato?
9. Além do artesanato você desenvolve outra atividade remunerada?
10. Como você concilia o artesanato e as tarefas de casa? Ou, como você concilia o artesanato com as suas outras obrigações?
11. Como você administra os custos do seu artesanato e os lucros obtidos com a venda do seu produto?
12. Como a sua família vê o seu trabalho? Eles te apóiam? Ajudam-te?
13. O que é o artesanato para você? Quando você começou a trabalhar com artesanato alguma coisa mudou em sua vida?
14. Qual o grau de envolvimento da sua família com a associação? Eles conhecem a associação da qual você faz parte?
15. Como é a sua participação política na associação - você participa das assembléias, propõe ações, idéias, cobra atitudes?
16. Como você vê a associação _____?
17. Qual a importância da associação X em sua vida?
18. Como era a sua 'vida' antes de entrar para a associação x?
19. Como é a sua 'vida' agora como associada?

20. Fale-me uma palavra que representa a associação para você.
21. Você tem algum conhecimento sobre a Economia Popular Solidária?
22. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

ANEXO E

5ª Parte: Questionário demográfico das associadas

Nome da associada: _____

Nome da Associação: _____

Data da entrevista: _____

1 Sexo:

- (a) Masculino
- (b) Feminino

2 Idade: _____ anos.

3 Estado civil:

- a) solteiro
- b) casado/união estável
- c) separado/divorciado
- d) viúvo
- e) outro _____

4 Escolaridade:

- a) ensino médio incompleto
- b) ensino médio completo
- c) ensino superior incompleto
- d) ensino superior completo
- e) outro. Qual? _____

5 Há quanto tempo você faz parte dessa associação (como associada)?

6 Qual o tipo de trabalho que você desempenha como associado?
